



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES
CURSO DE PSICOLOGIA

**SUJEITO E PÓS-MODERNIDADE: REFLEXÕES SOBRE OS
RELACIONAMENTOS**

MARIA CLARA FERREIRA LIMA

BRASÍLIA-DF

JULHO/2008.

MARIA CLARA FERREIRA LIMA

**SUJEITO E PÓS-MODERNIDADE: REFLEXÕES
SOBRE OS RELACIONAMENTOS**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília - UniCEUB como
requisito básico para obtenção do grau de
Psicólogo da Faculdade de Ciências da
Educação e Saúde. Professor-orientador:
Maurício da Silva Neubern.

Brasília-DF, julho/2008.



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES

CURSO DE PSICOLOGIA

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

Prof. Maurício da Silva Neubern, Doutor em Psicologia Clínica

Prof. Alejandro Gabriel Oliviere, Mestre em sociologia política

Prof. Francisco Ângelo Cechin, Doutor em Psicologia

A Menção Final obtida foi:

Brasília-DF, Julho/2008.

Agradecimentos

Agradeço...

À minha mãe (*in memoriam*) que tantas vezes ficou em segundo lugar, devido às intensas demandas da vida acadêmica, o meu primeiro e mais sublime agradecimento. Por me ensinar seus valores mais significativos: a honestidade, a persistência e o altruísmo, que tanto me auxiliaram na confecção deste trabalho e na minha vida. Obrigada pelo amor incondicional, dedicação e por tudo que sou.

À minha família pelo apoio, carinho e compreensão, em especial à minha irmã por continuar comigo a caminhada.

Ao meu namorado, Daniel, que se mostrou um verdadeiro companheiro e fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, sempre me compreendendo, auxiliando e incentivando.

Aos amigos da faculdade e que tanto compartilharam alegrias e angústias, especialmente a Lívia, Lindebergue, Fabiana, Lia, Viviane, Leyland, Andréa, Fernanda, Davi e Augusto.

Às amigas de longa data Suzana e Andréa e às minhas irmãs de alma: Marcela e Renata. Obrigada a todas vocês pelo companheirismo, carinho e compreensão.

A Tamara por seu meu suporte em meio às dificuldades e pelo carinho e incentivo.

Aos meus colegas de trabalho pelo apoio e pela torcida.

A todos os professores do curso de psicologia que se dispuseram a compartilhar seus conhecimentos e a contribuir para meu desenvolvimento acadêmico. Agradeço sinceramente pela contribuição de cada um de vocês.

Agradeço, especialmente, ao prof. Fernando González Rey que me ensinou a refletir e questionar, me abrindo as portas para a complexidade humana; à profa. Sandra Baccara que me mostrou com muita ternura e competência o apaixonante mundo da terapia familiar, tornando-se muito mais que uma professora; à profa. Suzana Joffily por me despertar para a complexa realidade social do nosso país e por me mostrar a importância do vínculo afetivo e do interesse genuíno na ajuda ao outro.

Por fim, agradeço com muito carinho, ao meu orientador: prof. Maurício Neubern, não apenas por se dispor a compartilhar seus conhecimentos, mas também por me apoiar e instigar, parecendo adivinhar quando eu mais precisava de seu incentivo, se tornando o verdadeiro responsável pela conclusão deste trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO	V
INTRODUÇÃO	06
CAPÍTULO 1: O SUJEITO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIAIS NA PÓS-MODERNIDADE	09
1.1 A pós-modernidade.....	09
1.2. Configurações sociais pós-modernas.....	11
1.3. O sujeito na pós-modernidade.....	17
CAPÍTULO 2: TRABALHO E RELACIONAMENTOS NA PÓS-MODERNIDADE	27
2.1. O sujeito e o trabalho na pós-modernidade.....	27
2.2. Relações interpessoais pós-modernas.....	39
2.2.1. A amizade na contemporaneidade.....	45
2.2.2. O relacionamento amoroso e as novas possibilidades.....	48
2.3. A família na pós-modernidade.....	53
CAPÍTULO 3: NOVAS PERSPECTIVAS PARA A SAÚDE NA PÓS-MODERNIDADE	61
3.1. A patologia na pós-modernidade.....	64
3.2. Reflexões sobre o sujeito e as novas possibilidades para a saúde na contemporaneidade	72
CONCLUSÃO	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92

RESUMO

O presente trabalho pretende estabelecer reflexões sobre a relação dialética entre a subjetividade social e a subjetividade individual no sujeito pós-moderno e em seus relacionamentos interpessoais, observando como as novas configurações sociais tomam forma no sujeito e podem favorecer os processos de saúde ou patologia no contexto da pós-modernidade. Para tanto se utiliza principalmente o enfoque da teoria da subjetividade de González Rey, a qual proporciona uma visão mais abrangente sobre o tema. Primeiramente é abordada a pós-modernidade e suas características, destacando-se a condição de incerteza, a vastidão de possibilidades e o individualismo acentuado, bem como o exacerbamento do consumo e a priorização da performance e das aparências em detrimento do “ser”. Em seguida trata-se das novas configurações sociais, principalmente das transformações nas instituições como o Estado, a família e a Igreja, e da repercussão destas na identidade do sujeito, a qual é concebida como única, heterogênea e passível de mudanças. Em segundo lugar, aborda-se o trabalho considerando-o um dos principais espaços sociais pós-modernos pelo tempo a ele dedicado e por suas características proporcionadoras do consumo e de reconhecimento social. Posteriormente são tecidas considerações acerca dos relacionamentos interpessoais na pós-modernidade, os quais envolvem as relações amorosas, a amizade e a família, observando-se que, a despeito da literatura freqüentemente enfatizar a superficialidade das relações e sua mercantilização, os relacionamentos interpessoais continuam se estabelecendo, contudo, entre pequenos grupos que compartilham os mesmo espaços sociais. Por fim discute-se a plurideterminação dos processos de saúde e doença, focando-se seu aspecto social, o qual foi durante muito tempo negligenciado por um modelo biomédico. Nessa perspectiva aborda-se a questão da depressão na contemporaneidade e sua relação com a subjetividade social, a qual enfatiza a responsabilização do sujeito e o imperativo de liberdade, favorecendo a construção de sentidos subjetivos de insuficiência e fracasso. Ao final sugerem-se alguns fatores que podem possibilitar o desenvolvimento da saúde, buscando-se abranger aspectos mais amplos como o Estado, a família, a escola, o trabalho, a rede social e a religião, quanto aspectos mais focados no sujeito como sua posição ativa, a personalidade e o modo de vida.

Palavras-chave: pós-modernidade, relacionamentos interpessoais e saúde.

A pós-modernidade é considerada neste trabalho um discurso integrante da subjetividade social, produzido em determinado contexto, que envolve rupturas e tradições que coexistem simultaneamente, sendo freqüentemente contraditórias. Observa-se que na contemporaneidade muitos elementos modernos não deixaram de compor a subjetividade social, contudo, eles convivem com algumas inovações conseqüentes, principalmente, da evolução tecnológica; da globalização; da mobilização de minorias e da ênfase no mercado consumidor, dentre outras. Segundo Bauman (1998; 2005), Harvey (1992) e Lipovetsky (1983; 2003) a pós-modernidade, ou “modernidade líquida” para Bauman, é caracterizada por atributos como a efemeridade; a descontinuidade; a ênfase no individualismo; a vastidão de possibilidades; a condição permanente de incerteza; a liberdade do capital e a transposição das relações mercantis para os demais aspectos sociais, dentre outros.

Todas as características acima citadas trouxeram profundas transformações para as principais instituições sociais como o Estado e a família, bem como no modo das pessoas se relacionarem. Na literatura observa-se que as referidas mudanças trazem inúmeras preocupações com o sujeito e seus relacionamentos na pós-modernidade, enfatizando-se o exacerbamento do individualismo e a superficialidade das relações. Dessa forma se mostra extremamente importante compreender as novas demandas surgidas nesse contexto.

Diante dessas novas configurações sociais, o presente trabalho pretende refletir sobre o entrelaçamento entre a subjetividade social e a individual no sujeito pós-moderno e em seus relacionamentos, observando como a subjetividade social pode favorecer o processos de saúde ou patologia.

Percebe-se que a literatura freqüentemente enfatiza o desamparo do sujeito e a fragmentação de sua identidade, assim como a superficialidade das relações. Bauman (1998; 2004; 2005) ressalta a influência do mercado de consumo sobre o sujeito e suas relações, enfatizando o aspecto mercantil das mesmas e muitas vezes considerando os relacionamentos

interpessoais como uma mera relação de troca nas quais as pessoas só permanecem juntas enquanto a relação trazer prazer, realçando seu caráter volátil e superficial na pós-modernidade. Lipovetsky (1983, 2007) aborda o tema de forma semelhante, destacando como a pós-modernidade é marcada pelo sobrecarregamento do sujeito por meio do imperativo de desempenho e do “hiperconsumo” em todos os espaços sociais, os quais afetam também os relacionamentos interpessoais.

Debord (1997) também trata da pós-modernidade e de suas transformações denominando-a na contemporaneidade a “sociedade do espetáculo” e enfatizando o seu caráter enaltecido do “ter” e do “aparecer” em detrimento do “ser”. Nesse sentido o autor ressalta a condição de isolamento do sujeito nas “multidões solitárias”, uma questão bastante abordada pela literatura e tratada freqüentemente como um esvaziamento da dimensão de troca entre as pessoas no espaço público (Bauman, 2004; Lipovetsky, 1983; 2007). Sob esse enfoque, percebe-se uma grande tendência na literatura de enfatizar a solidão como característica predominante da pós-modernidade.

Nessa perspectiva também será abordada a relação entre a saúde na pós-modernidade e os contextos acima citados. Para tanto se procurará transcender ao modelo biomédico que durante muito tempo reduziu a doença a disfunções biológicas, sem implicar o sujeito, o social e a cultura em sua abordagem.

Ao se realizar a referida reflexão acerca da relação entre a subjetividade social, a saúde e os relacionamentos interpessoais na pós-modernidade, serão analisados diversos autores como Bauman (1998; 2004; 2007) e Lipovetsky (1983; 2007), mas considerar-se-á, principalmente, o aporte teórico de González Rey (2003, 2004, 2007) para quem o sujeito é ativo e dialógico, não estando determinado pelos fatores sociais, mas em uma relação dialética com o meio em que vive, sendo, portanto, um sujeito histórico-cultural e ativo em seu processo por meio dos sentidos e das configurações subjetivas, os quais envolvem aspectos

emocionais e simbólicos. Por meio da teoria da subjetividade é possível contemplar a questão do sujeito e dos relacionamentos interpessoais na pós-modernidade de forma mais ampla e menos determinista, pressupondo a complexidade e a singularidade inerentes ao sujeito, considerando, ainda, a importância do desdobramento dos processos emocionais.

Nessa perspectiva, no capítulo 1 serão apresentadas algumas características da pós-modernidade, bem como as novas configurações sociais observadas nesse contexto. Também serão tecidas considerações acerca da identidade na contemporaneidade e dos reflexos para o sujeito das transformações sociais discutidas, principalmente no que diz respeito aos conflitos entre os discursos pós-modernos e a subjetividade.

No capítulo 2 abordar-se-á a questão do trabalho, um dos principais espaços sociais contemporâneos, e sua relação com a subjetividade. Se discutirá, ainda, como se configuram as relações afetivas na pós-modernidade, englobando-se tanto as relações amorosas, quanto a amizade. Nesse contexto também serão consideradas as transformações nas relações familiares e nos papéis masculinos e femininos.

O capítulo 3 tratará da relação entre as discussões acerca das novas configurações sociais e sua articulação com o sujeito, considerando-se como esse processo está correlacionado à saúde ou à patologia. Dentre as patologias na pós-modernidade será destacada a depressão, a qual tem aumentado rapidamente sua incidência, podendo-se verificar como a subjetividade social relaciona-se com essa patologia. Ao final serão apresentadas algumas reflexões sobre fatores, tanto individuais quanto sociais, que podem favorecer o processo de saúde na pós-modernidade.

Capítulo 1

O SUJEITO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIAIS NA PÓS-MODERNIDADE

1. 1. A pós-modernidade

Abordar o tema da pós-modernidade implica considerar que esta muitas vezes é concebida como um período histórico-cultural associado às transformações ocorridas no pós-guerra, principalmente à globalização, ao desenvolvimento do capitalismo, à evolução tecnológica e a inéditos movimentos sociais de grupos marginalizados como o das mulheres e o dos trabalhadores. Entretanto, a pós-modernidade também pode ser analisada como um discurso contemporâneo que pretende agrupar fenômenos recentemente observados, mas não necessariamente novos, em torno de uma única e ampla configuração.

O termo “pós-modernidade” é bastante controverso, já que a expressão “pós” sugere uma ruptura com a modernidade, o que na verdade não se verifica na atualidade. Não há como afirmar que a modernidade tenha se encerrado, dando início a um período totalmente novo. Características modernas e contemporâneas coexistem implicando em uma configuração social complexa e muitas vezes contraditória. Tendo em vista essa ambigüidade, alguns autores não concordam com a denominação do período atual como “pós-moderno”, como, por exemplo, Bauman (2007), que prefere chamá-lo de modernidade líquida, e Lipovetsky (2004), que o denomina hipermodernidade.

Há ainda que se considerar que a pós-modernidade não é um fenômeno universal. É certo que a globalização e outros fenômenos sociais contemporâneos possuem uma abrangência cada vez maior, no entanto é preciso ressaltar que ainda existem muitos lugares, como, por exemplo, certas regiões do Brasil, onde esse discurso da pós-modernidade não faz sentido. Ainda há regiões neste país onde não há televisão ou computador e as pessoas ainda

se unem em comunidades onde a ajuda mútua é essencial para sobrevivência, como se pode notar em áreas como o sertão nordestino. Entretanto, isso não significa que essas mudanças não afetem essas pessoas, mas, principalmente por questões como essa, a pós-modernidade deve ser tomada como um discurso produzido em um determinado contexto, não se caracterizando como um período histórico definido e universal.

Diante dessas questões, neste trabalho o termo “pós-modernidade” será considerado um amplo paradigma que não abarca em si mesmo toda a complexidade das configurações sociais contemporâneas, servindo tão somente como uma das múltiplas referências para se pensar o sujeito e as relações interpessoais na atualidade.

Segundo Harvey (1989, citado em Coelho & Severiano, 2007), o termo pós-modernidade foi utilizado primeiramente em 1930 por Frederico de Onis para representar uma reação modesta ao modernismo, popularizando-se posteriormente nas áreas da arquitetura, das artes visuais e cênicas, assim como na literatura e na música, sendo a seguir empregado na publicidade e nas áreas das ciências sociais.

Nas ciências sociais a pós-modernidade foi explorada sob várias facetas, sendo muitas vezes reificada e considerada como determinante na formação da subjetividade, como se ela por si só consistisse em um modelo rígido para as relações interpessoais. Contudo, observa-se que o estudo da condição pós-moderna pode ser mais aprofundado sob a perspectiva da teoria da subjetividade de González Rey (2005, 2007), considerando-a como um dos elementos que se articulam na produção de sentido dentro da subjetividade social, sendo que neste elemento está implicada uma relação dialética entre a subjetividade social e a subjetividade individual¹.

¹ Segundo González Rey a subjetividade individual “representa os processo e forma de organização subjetiva dos indivíduos concretos. Nela aparece constituída a história única de cada um dos indivíduos, a qual, dentro de uma cultura, se constitui em suas relações pessoais” (2005, p. 241); enquanto a subjetividade social “representa a organização subjetiva dos diversos espaços sociais, os quais formam um sistema configurado pela multiplicidade de produções que, em uma determinada sociedade, faz parte de maneira diferenciada e parcial dos distintos espaços sociais nela coexistentes” (2007, p. 146-147)

A partir desse enfoque teórico é possível perceber que, ao se falar de como as transformações sociais se relacionam no período pós-moderno, considerar-se-á a forma como as diversas áreas do espaço social, tais como a economia, a tecnologia, a globalização, a ciência, a família e o trabalho compartilham diversos sentidos subjetivos², perpassando e sendo atravessadas pela subjetividade individual. Portanto, sob essa perspectiva, tratar de configurações sociais implica necessariamente discutir o sujeito e sua relação com as mudanças ocorridas no último século.

1.2. Configurações sociais pós-modernas

Atualmente é possível perceber grandes transformações nos mais diversos espaços sociais: na família, no trabalho, na economia e nas relações interpessoais de um modo geral. Dentre as mudanças sociais características da pós-modernidade mais citadas pelos autores estão: ambiente de incerteza existente na atualidade, o individualismo exacerbado, a velocidade das mudanças, a superficialidade das relações, a abundância de informações, a efemeridade e a descontinuidade, dentre outras (Bauman, 2007; Debord, 1997; Hall, 2001; Harvey, 1992; Lipovetsky, 1983).

Bauman (2007) traz uma interessante reflexão acerca dessa condição de incerteza permanente, a qual, segundo ele, se relaciona com a vastidão das possibilidades, a total liberdade do capital em detrimento de outras liberdades, o enfraquecimento de antigas redes de segurança (como a vizinhança e a família) e a indeterminação e maleabilidade do mundo. A essas transformações citadas pelo autor pode-se somar ainda a emergência de um novo paradigma científico que refuta a idéia de verdades únicas e de uma realidade objetiva. A partir desse panorama é possível observar que o sujeito não se encontra mais diante de

² Sentido subjetivo é uma categoria usada por González Rey (2005, p. 127) definida como “a unidade inseparável dos processos simbólicos e as emoções num mesmo sistema, no qual a presença de um desses elementos evoca o outro, sem que seja absorvido pelo outro”.

verdades tidas como absolutas, conforme sugerido por Santos (1987), o que impera atualmente é a relatividade. Se a pessoa hoje vê no noticiário que uma pesquisa científica “descobriu” que chocolate faz bem para saúde, na semana seguinte ela pode se deparar com uma informação totalmente contrária. Isso impõe ao sujeito uma recorrente questão: em que confiar? Diante dessas questões, observa-se que essa configuração favorece a construção de sentidos subjetivos relacionados a sentimentos de vazio e incerteza, pois o sujeito pode não saber como se colocar diante do mundo, já que não possui um conhecimento sistematizado acerca da vida e da realidade. Contudo, a partir dessa zona de tensão, o sujeito pode ressignificar diversos sentidos subjetivos e produzir alternativas que não impliquem nesse sentimento de vazio. Há pessoas que lidam bem com essa questão e não criam uma demanda de sentirem-se infelizes por não saberem ao certo como será o futuro.

Há também que se ressaltar que essa incerteza está diretamente ligada às transformações ocorridas nas grandes instituições que circundam o indivíduo, principalmente o Estado, a Igreja e a família. Na contemporaneidade observa-se que o Estado moderno e intervencionista tem diminuído sua atuação, principalmente pela globalização do capital. Entretanto, isso não significa que o Estado esteja se abstendo, apenas que muitas vezes o principal interesse que o tem guiado é a economia. Esse Estado que, em tese, deveria representar uma das maiores fontes de segurança para o sujeito, freqüentemente desempenha um papel contrário. Diante de uma economia globalizada, na qual o capital perde seu caráter regional e passa a oscilar na economia mundial, enfatiza-se o Estado *laissez-faire* e a liberdade do capital, criando um ambiente de incerteza que corrobora a dificuldade em se fazer planos a longo prazo, já que esse capital parece ter ganhado vida e, a qualquer momento, uma dificuldade na bolsa de valores americana ou japonesa, por exemplo, pode deflagrar uma crise mundial, sem que se consiga controlar a situação. Esse mesmo Estado deveria, ainda, garantir segurança e saúde à população. No entanto, o que se percebe, especialmente na

realidade brasileira, é que inúmeras vezes o próprio Estado é a fonte da insegurança. No Brasil tem se tornado comum que a pessoa, ao assistir à televisão, se depare com notícias que denunciam a corrupção arraigada no sistema político, uma polícia violenta, pessoas morrendo em hospitais por falta de atendimento médico, desvio de recursos e a recorrente impunidade, dentre outras. Portanto, diante desse panorama, muitas vezes constroem-se representações sociais que enfatizam o individualismo e a idéia de que só é valorizado quem é detentor do capital, nas quais o Estado é o próprio favorecedor da condição de incerteza.

A Igreja, uma das instituições centrais da sociedade medieval, foi durante muito tempo o ícone do saber e da verdade absoluta. Na sociedade moderna ela perdeu bastante espaço, todavia muitos de seus dogmas se coadunavam com o pensamento moderno, principalmente no concernente à formação da família e à educação. Contudo, na sociedade dita pós-moderna, a Igreja e a religião de um modo geral dividem espaço com inúmeras outras “verdades”, sejam científicas ou culturais. Além disso, observa-se uma perda da credibilidade da Igreja enquanto instituição. Frequentemente surgem notícias de padres pedófilos, pastores enriquecidos com o dinheiro dos fiéis, fundamentalismo, etc. Notícias como essas, hoje acessíveis à população mundial, provocam um grande questionamento em torno das instituições sociais, não significando, necessariamente, que as pessoas tenham deixado de buscar a religião, mas se antes a Igreja representava um pilar na segurança, hoje une-se às outras instituições que têm perdido credibilidade, não mais se caracterizando como a detentora da verdade sobre quem é o sujeito e seu lugar no mundo. Atualmente cabe ao sujeito, em meio às múltiplas possibilidades, lidar com a falta de segurança nas instituições e com a incerteza que permeia seu projeto de vida.

Outra instituição que sofreu profundas mudanças foi a família, que na modernidade, ao menos na burguesia, apresentava uma estrutura mais definida, se restringido geralmente à família nuclear. Na contemporaneidade o termo “família” passou a abranger uma variedade de

configurações. O discurso da família composta pelo pai provedor, a mãe dona de casa e os filhos coexiste na atualidade com novos discursos conflitantes como, por exemplo, o de que a mulher também deve buscar sua satisfação profissional e se dedicar ao trabalho, privilegiando muitas vezes a carreira em detrimento da família. Esse é apenas um exemplo das inúmeras possibilidades contemporâneas para se pensar sobre a família, o que favorece ainda mais essa incerteza, mas permite ao sujeito construir novas possibilidades de relacionamento que não se pareçam com o modelo moderno de família, mas que, ainda assim, atendam às suas necessidades emocionais.

Dessa forma, observa-se que as transformações ocorridas nas instituições corroboram a condição de incerteza freqüentemente trazida pela literatura, sendo que essas mudanças estão intrinsecamente relacionadas aos discursos que as permeiam. O discurso moderno não deixou de existir e de fazer parte da subjetividade social, entretanto, na contemporaneidade ele coexiste com uma grande diversidade de discursos muitas vezes contraditórios, favorecendo a construção de sentidos relacionados à incerteza.

Com relação à grande quantidade de possibilidades, pode-se observar que ao sujeito é oferecida uma imensa gama de informações, muitas vezes contraditórias, as quais ele tenta assimilar o máximo possível, sem que haja um questionamento sobre a relevância e utilidade dessas informações. Nesse sentido, o sujeito é convidado a experimentar de tudo um pouco, ficando imerso em uma vastidão de possibilidades. Essa amplitude de possibilidades favorece a geração de sentidos ligados à uma ansiedade ou à falta de perspectiva, sentimentos freqüentemente associados à depressão. Um aspecto que evidencia essa condição de incerteza é a grande quantidade de manuais de auto-ajuda, pois é preciso que o outro diga como se deve viver e o que fazer para evitar ou sair do sofrimento, já que o próprio sujeito não sabe. Todavia, essa condição, que pode provocar uma incerteza no sujeito, também pode ser considerada como um fator de flexibilização deste e de maximização de seus recursos, uma

vez que o possibilita ter contato com inúmeras experiências diferenciadas. Quando um indivíduo busca um manual de auto-ajuda não significa necessariamente que ele deixou de ser ativo, de se questionar, mas que essa foi uma das alternativas que ele encontrou para lidar com suas dificuldades.

A questão da liberdade do capital é amplamente discutida na literatura (Bauman, 2007; Debord, 1997; Lipovetsky, 1983) e tem sido colocada como ponto central das configurações sociais atuais. Com o desenvolvimento do capitalismo, juntamente com as inovações tecnológicas e a globalização, as fronteiras entre as nações se estreitaram e o Estado diminuiu sua interferência na vida social, passando esta a ser regulada essencialmente pelas relações de consumo. O Estado passou a ter um papel secundário, atuando apenas quando estritamente necessário. Essa foi uma transformação importante que corroborou para uma mercantilização global, que envolve tanto as relações interpessoais quanto a relação do próprio sujeito com seu espaço social.

A outra questão que, para Bauman (2007), está relacionada à condição de incerteza é o enfraquecimento de redes de segurança, como a família e a vizinhança. É possível observar que na atualidade há uma dificuldade no estabelecimento de vínculos, o que não significa que na modernidade esses vínculos eram profundos e estáveis, mas esse aspecto fica mais evidente na contemporaneidade porque está acompanhado de um exacerbamento do individualismo.

O individualismo, para autores como Lipovetsky (1983), é o maior emblema da pós-modernidade e é um dos principais fatores que tornam as relações contemporâneas superficiais. Para Lasch (1979, citado em Lipovetsky, 1983, p. 72) “as pessoas aspiram a relações interpessoais superficiais em razão dos riscos da instabilidade, querem não se sentir vulnerável, desenvolver sua independência afetiva, viver sozinho”. Esse desejo de independência das outras pessoas e a vontade de não precisar do outro torna difícil um vínculo

efetivo, posto que ele implica o risco do sofrimento. Sob esse aspecto, o referido autor também coloca que as relações na atualidade se traduzem pelo signo da indiferença. Na sociedade atual o outro identifica-se geralmente com um estranho anônimo, sendo que a moral hoje é a da utilidade própria e a da prudência. Contudo, é preciso refletir que conforme colocado por González Rey (2005, p. 205) “o desenvolvimento do sujeito individual dá lugar a novos processos de subjetividade social, a novas redes de relações sociais, que atuam como momentos de transformação na relação com formas anteriores de funcionamento do sistema”. Sob essa ótica, a questão do individualismo tomará forma singular no sujeito, não significando, necessariamente, sofrimento. Nesse mesmo sentido Touraine (2004) aborda a questão do individualismo de uma forma diferente de autores como Bauman (2007) e Lipovetsky (1983), trazendo a perspectiva de um sujeito ativo. Segundo Touraine (2004), é interessante que o sujeito não esteja tão integrado socialmente, de modo que ele esteja imerso na comunidade, tomando para si todos os papéis sociais sem questionar, pois isso dificultaria a subjetivação. A partir de uma reflexão acerca do individualismo trazida pelos diversos autores citados é possível concluir que ele não pode ser visto necessariamente como um fator de sofrimento e de apartamento do sujeito do meio social, como é comumente tratado esse tema na literatura (Bauman, 2007; Lipovetsky, 1983). É preciso analisar essa questão sob uma perspectiva mais complexa, que considera que o individualismo pode ser uma expressão de uma subjetividade social que não determina o sujeito e pode estar ligada ou não a uma emocionalidade negativa.

Todas as características pós-modernas citadas acima são expressões de uma subjetividade social na qual o sujeito está inserido, mas que não contempla toda a complexidade da subjetividade, conforme colocado por González Rey (2007, p. 144):

Toda subjetividade social possui princípios e normas que limitam a expressão das pessoas – muitas, quase sempre a maioria, se subordinam a

elas; outras, as que se tornam sujeitos de sua atividade, são capazes de produções alternativas que definem uma tensão permanente entre a sua produção e o socialmente reconhecido, tensão que acontece em uma área concreta da vida humana.

Sob esse enfoque, também é necessário pensar sobre a questão do sujeito e sua construção/constituição para se refletir sobre como essa subjetividade social tomará forma nele e como ele se coloca ativo diante das transformações sociais apresentadas.

1.3. O sujeito na pós-modernidade

Diante de todas as características tidas como “pós-modernas” apresentadas acima é relevante pontuar que elas fazem parte de um discurso construído em determinado contexto. Existe uma tendência na atualidade a considerar o indivíduo como fruto desse discurso. Para autores como Lopes (2003, p. 20) “aquilo que a pessoa é, ou sua identidade social, é exatamente o que é definido nos e pelos discursos que a envolvem ou nos quais ela circula”. Sob essa perspectiva, o sujeito estaria determinado por esse discurso e se construiria na e pela narrativa. Entretanto, o discurso é apenas um elemento da subjetividade social, mas que não abrange toda complexidade da construção do sujeito. A subjetividade social é um construto muito mais amplo que abarca não somente o discurso e a linguagem como também as representações sociais e toda expressão do sujeito em seus espaços sociais, em uma relação dialética com a subjetividade individual, conforme colocado por González Rey (2000a, pp 15-16):

Los discursos no son soberanos sobre el sujeto, el sujeto tiene una capacidad generadora que marca sus procesos de subjetivación, y que le permite crear momentos de ruptura sobre los mismos discursos que lo

constituyen, en un proceso igualmente inconsciente, pero que es afectado en sus dimensiones de sentido y significación, y en la diversidad de sus formas de organización por la actividad intencional, creativa y crítica del sujeto. La dimensión discursiva no anula al sujeto incorporándolo a un “flujo” despersonalizado y simbólico que lo “encierra” en ideologías, historias y formaciones discursivas que están “fuera” de él / ella. El sujeto tiene una capacidad generativa asociada a los procesos de subjetivación, que representa un momento constitutivo de sus procesos de sentido y significación. El sujeto no es solo “usuario” inconsciente de un discurso que no le pertenece, sino un momento activo dentro del re juego de significaciones y sentidos que atraviesan la subjetividad social y que le llevan a producir un “discurso” personal que, aunque atravesado por los discursos sociales dominantes, representa un momento de ruptura sobre aquellos.

Dessa forma, é preciso considerar que o sujeito nasce em meio a uma cultura, um discurso que permeará sua subjetividade, mas que não se deve descartar a posição geradora do sujeito. O discurso pós-moderno acerca do individualismo, por exemplo, possui elementos que exaltam a liberdade individual em detrimento da comunidade e considera, ainda, que se o indivíduo não mantém vínculos mais profundos ele evita o sofrimento. Contudo, esse discurso tomará forma no sujeito de acordo com a história pessoal de cada um e seus sentidos subjetivos derivados de suas experiências. O que se pode observar em muitos casos é a produção de uma emocionalidade contraditória em meio a esse discurso, na qual o sujeito não estabelece vínculos, mas sofre por uma solidão.

Na busca da compreensão dos processos de construção/constituição do sujeito, além de se refletir sobre o discurso como uma das dimensões da subjetividade social e, portanto,

relacionado à subjetividade individual, se faz necessário abordar uma questão bastante controversa na atualidade: a identidade do sujeito pós-moderno.

Segundo Ewald e Soares (2007), o termo identidade remete ao que é idêntico, mas nas ciências sociais esse termo adquire um significado de permanência e continuidade, podendo ser pensado em duas subdivisões: identidade cultural e identidade pessoal, de forma que a identidade cultural acentuaria as dimensões intersubjetivas, formais e concretas da identidade pessoal. Segundo Weiten (2002, citado em Nascimento, 2006, p. 3), ela consiste em “um conceito estável de si mesmo como indivíduo único e adoção de uma ideologia ou sistema de valores que proveja um senso de direção”. Ao se refletir sobre o sentido da palavra identidade, colocado como aquilo que é idêntico, é possível considerar que este termo se refere àquilo que o sujeito vê no exterior, mas também reconhece como sendo seu. Diante dessa definição, pode-se considerar a identidade a partir de configurações subjetivas que envolvem os sentidos que o sujeito constrói por meio de sua experiência e que ele organiza em torno de configurações mais amplas: o sentido do “eu”. Ressalte-se que essas configurações, que se assumem como a identidade, são construídas por sentidos que envolvem aspectos simbólicos e emocionais, portanto a emocionalidade que permeia o sujeito é um dos fatores essenciais nessa definição.

Ao se analisar a produção teórica sobre este tema (Ewald & Soares, 2007; Hall, 2001; Nascimento, 2006), freqüentemente é possível se deparar com a idéia de que na pós-modernidade a identidade é fragmentada, efêmera e volátil, pressupondo que na modernidade esta era unificada, estável e centralizada. Para Hall (2001, p. 7) “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”. Contudo, ao se refletir sobre essa questão, surge um primeiro questionamento: será que na modernidade as identidades eram tão unificadas e estáveis? O próprio conceito de identidade,

conforme visto no parágrafo anterior, muitas vezes pressupõe essa permanência. Entretanto, se considerarmos a identidade, segundo o proposto acima, como um conjunto de configurações subjetivas que envolve inúmeros sentidos subjetivos compartilhados com outras configurações as quais o sujeito reconhece como um sentido de si mesmo, fica difícil pensar na permanência, uma vez que há possibilidade de ressignificação a cada experiência vivida. Isso de forma alguma significa que a cada dia o sujeito se torne alguém completamente diferente, mas, como os sentidos que integram uma configuração se relacionam de forma dialética com outros sentidos de outros espaços, a ressignificação de um sentido vai repercutir de forma singular na configuração, podendo redimensionar a emocionalidade ligada a esta.

Nessa perspectiva também é relevante considerar que a modernidade não era tão estável como muitas vezes se observa na literatura, pois ela também continha seus conflitos e ambivalências que permeavam o sujeito. Muitas vezes se esquece que a própria modernidade representou profundas e significativas transformações em relação à sociedade medieval. A posição que o indivíduo ocuparia na sociedade começou a se desvincular, ao menos no imaginário coletivo, da família na qual ele nasceu, sendo que a família se fechou em um núcleo que não comportava mais a família extensa; o Estado, ao assumir uma posição diferenciada da Igreja, passou a regular as relações, tendo a disciplina e o controle como seus maiores emblemas; o sujeito saiu de um meio rural para viver em cidades com inúmeras pessoas estranhas; passou a não mais se pautar pela religião, até então a única verdade absoluta, para conviver com outras “verdades” que colocavam o homem e a razão no centro do universo; o sujeito passou, então, a iniciar o seu processo de responsabilização por seus sucessos e fracassos. Conforme colocado por Lyon (1998, p. 37) “a modernidade questiona todos os modos convencionais de se fazer as coisas, substituindo autoridades por seu próprio arbítrio, baseada na ciência, no crescimento econômico, na democracia ou na lei”. Portanto,

não se pode esquecer que a ênfase na razão e as transformações econômicas significaram uma grande mudança de paradigmas, fazendo com que a modernidade também tivesse sua instabilidade e seus conflitos.

Lyon (1998) também traz a posição de Durkheim, para quem a incerteza já era um fantasma que assombrava o sujeito. Ele coloca que essa incerteza já afetava as pessoas pelas novas divisões do trabalho. O referido autor cita Simmel, o qual temia que a “sociedade de estranhos”, em torno da qual a vida passou a se organizar nas cidades, produzisse um isolamento e fragmentação social. A própria crítica Marxista quanto ao trabalhador alienado já denunciava importantes conflitos modernos. Portanto a incerteza, que é colocada por Hall (2001) como um dos mais significativos fatores que tornam a identidade volátil, já fazia parte do sujeito moderno. O que se pode observar é a construção de um discurso acerca da modernidade como estável, mantenedora de tradições e coerente, o que não condiz com o que se percebe acerca do sujeito e das transformações históricas.

Dessa forma, a idéia da identidade como algo estável e permanente deve ser questionada, mas deve-se pontuar que o fato dela não ser estável não significa que ela seja volátil mas sim que ela é mutável, ou seja, é possível que ela se transforme ao longo do tempo.

Outra questão trazida a partir das idéias de Hall é a fragmentação da identidade na pós-modernidade. Para este autor:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas através de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (...) a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia (Hall, 2001, p. 13).

Bauman (2007) corrobora essa visão de Hall quando afirma que a identidade atualmente é híbrida, heterogênea, volátil, incoerente e eminentemente mutável. É possível concordar com os autores quanto à incompletude, incoerência e heterogeneidade da identidade, uma vez que a contradição é inerente à subjetividade e frequentemente sentidos subjetivos controversos coexistem. Entretanto, isso não pressupõe que esses sentidos não estejam reunidos em uma mesma configuração, existindo certa unificação que, conforme explicitado acima, não é estável e permanente, mas que toma forma na subjetividade, não se podendo falar na coexistência de diversas identidades, visto que o que é diversificado não é a identidade e sim os sentidos subjetivos. Também não há como considerar que esta seja efêmera ou volátil, como se a todo momento o sujeito assumisse outras identidades. Há sempre a possibilidade de mudança, posto que o sujeito pode ser ativo e criativo e permanentemente ressignifica seus sentidos, contudo a mudança pode não ser tão radical como sugerem os autores.

Assim, conclui-se que na pós-modernidade ainda se considera a questão da identidade do sujeito, mesmo que o próprio conceito de identidade se modifique e que esta se expresse de um modo um pouco diferenciado na pós-modernidade, mas não tão contraposto à identidade moderna como trazido pela literatura. Assume-se neste trabalho a identidade como um conjunto de configurações subjetivas as quais envolvem sentidos construídos pela pessoa acerca de si mesma por meio de uma subjetividade social que a faz se reconhecer como sujeito, sendo que essa construção é singular e realizada por meio de um processo dialético existente entre a subjetividade social e a individual. Conforme colocado por Martin Baró (1989, citado em González Rey, 2005, p. 123) “a identidade pessoal é ao mesmo tempo produto da sociedade e produto da ação do próprio indivíduo”. Considera-se ainda que a identidade não é estável, permanente, volátil, nem fragmentada, conforme trazido pela maioria dos autores, mas sim única, heterogênea e passível de mudanças.

A partir das considerações tecidas acerca do discurso e da identidade e suas relações com o sujeito, se faz necessário aprofundar na questão de como esse sujeito tem se colocado diante das questões da pós-modernidade. Deve-se ressaltar que o sujeito será aqui considerado sobre o enfoque teórico de González Rey (2005, 2007), para qual o sujeito é dialógico, reflexivo e ativo.

No item anterior foram trazidas algumas configurações sociais da sociedade contemporânea, dentre elas a condição de incerteza, a vastidão de possibilidades e o exacerbamento do individualismo. Na pretensão de se refletir sobre a questão do sujeito diante dessas transformações será necessário explorar ainda outras expressões da subjetividade social, como a exigência de excelência e a ênfase na imagem, na performance e na responsabilização do sujeito.

Segundo Debord (1997), a sociedade contemporânea é a sociedade do espetáculo, ou a da imagem, na qual o “ser” deu lugar ao “ter” e, principalmente, ao “aparentar”. Sob essa perspectiva não importa o que o sujeito sente ou é e sim como ele demonstra ser. Essa característica se torna ainda mais potencializada por sua ligação a um consumismo desenfreado. Em Brasília, especialmente, é possível verificar como essas características se apresentam no cotidiano. É comum ouvir relatos de pessoas que passam por grandes dificuldades financeiras, comprometendo o suprimento de suas necessidades básicas, como as alimentares, mas possuem uma residência luxuosa em um bairro nobre.

A idéia do que o indivíduo “é” está bastante ligada às suas necessidades, principalmente afetivas, sendo que freqüentemente essas necessidades conflitam com o discurso. Muitas vezes o que o sujeito sente que precisa não é o que a sociedade coloca, a exemplo do discurso contemporâneo do imperativo de realização profissional feminino no qual a mulher precisa se realizar profissionalmente e não deve ser “dona de casa”, contudo há muitas mulheres que gostariam de não trabalhar fora, se dedicando ao lar, mas o que se

observa é que, apesar dessa ser sua necessidade, ela pode deixar de atendê-la devido a esse conflito.

Com relação à questão do “ter” é possível observar que, assim como o “aparecer”, ela é inerente ao consumo desenfreado característico da sociedade contemporânea. Para alguns autores (Eerola, 2006; Monteiro, 2004) a sociedade atual se caracteriza pela produção ininterrupta de novos desejos e objetos de consumo. Bauman (2007) vai mais além e argumenta que já não se trata apenas de estimular novos desejos, mas, principalmente de desvalorizá-los e substituí-los por outros assim que se tornem possíveis de alcançar. Dessa forma cria-se um ciclo recorrente de insatisfação no qual o sujeito dificilmente se sentirá completo. Há que se ressaltar ainda que seria natural, nesse tipo de sociedade, associar o indivíduo bem sucedido àquele que possui muitos bens de consumo. Entretanto Debord (1997) vai mais além e coloca que mais importante do que “ter” é “aparecer”. Sob esse aspecto o autor traz uma interessante reflexão ao pontuar que as pessoas se atêm ao que vêm por fora, à imagem, sem buscar nada mais profundo, exaltando, assim, o uso do sentido da visão. Para ele a vida social se afirma apenas como a simples aparência. É preciso refletir que talvez essa perspectiva seja um pouco radical, pois existem muitas pessoas que não subjetivam essa aparência de forma tão impositiva. Contudo, certamente é uma característica da sociedade pós-moderna que merece ser considerada, pois, para outras tantas, ela toma forma na subjetividade passando a se constituir como uma real necessidade do sujeito, conforme o exemplo da casa em um bairro nobre citado anteriormente.

Diante desses elementos fica para o indivíduo um projeto permanente que ele deverá reelaborar e alcançar para sentir-se satisfeito e, principalmente, para ser reconhecido como bem-sucedido, não importando quais são suas necessidades, pois freqüentemente nem o próprio sujeito consegue defini-las. Essa exigência muitas vezes pode aprisionar o sujeito, se configurando em uma zona de tensão (González Rey, 2005) que pode proporcionar tanto um

crescimento individual e social quanto atuar como momentos de repressão e constrangimento do desenvolvimento de ambos os espaços.

A partir desse panorama de enaltecimento da imagem em detrimento da existência, do consumismo desregrado e da freqüente insatisfação que pode envolver o sujeito apresenta-se a este muitas vezes uma sensação de vazio, de uma falta constante da qual o sujeito não sabe determinar o foco. Touraine (2004) corrobora essa visão argumentando que essa configuração também pode fazer com que o sujeito se sinta vazio, esmagado pelo mundo do mercado, despersonalizado e deprimido³.

É relevante, ainda, pontuar a questão da grande responsabilização do sujeito na contemporaneidade. Para Oliveira (2006, p. 71), na sociedade pós-moderna “cabe ao indivíduo responsabilizar-se pelo sucesso ou malogro de sua vida. À pessoa é dada as rédeas de sua existência; o lugar onde se pode chegar depende exclusivamente do condutor”. Essa responsabilização pressupõe uma liberdade, a qual muitas vezes é colocada no discurso como a principal “aquisição” da sociedade pós-moderna. Entretanto esta liberdade tão valorizada tem se mostrado um fator ambíguo, uma vez que ela possibilita ao indivíduo uma certa autonomia, mas enfatiza o individualismo e a responsabilidade individual. Há que se refletir ainda acerca dessa liberdade. A discussão sobre a liberdade do sujeito é extremamente antiga, sendo questionada desde os primórdios da filosofia, mas a questão que aqui se faz pertinente é a relação entre essa liberdade, o discurso, a autonomia e a responsabilidade na sociedade contemporânea. No discurso pós-moderno o sujeito é livre e possui uma autonomia nunca antes alcançada, porém o que muitas vezes se observa é que essa liberdade é subjetivada como sofrimento, uma vez que, em meio à sociedade consumista e iconográfica, o sujeito, contrariamente ao discurso, sente-se cada vez mais exigido e cumpridor de todo o roteiro traçado para se considerar feliz. Essa liberdade pode trazer ainda um grande isolamento ao

³ A articulação entre a patologia e a subjetividade social será aprofundada no capítulo 3.

sujeito, visto que ele é considerado como o grande responsável por sua felicidade, como se ele não estivesse em uma relação dialética com o mundo. Contudo, não se trata de afirmar que a liberdade traz apenas sofrimento. Conforme colocado anteriormente, ela é caracterizada por uma ambivalência, uma vez que ela também proporciona ao sujeito a possibilidade de se colocar de forma ativa e reflexiva, construindo novas formas de subjetivação.

Portanto, a posição do sujeito na pós-modernidade é perpassada por uma subjetividade social na qual se encontram elementos de incerteza, individualismo, insatisfação, exigência e responsabilização, corroborados ou conflitados por uma prática discursiva, fazendo com que, muitas vezes, o sujeito construa uma emocionalidade ligada a sentimentos de vazio, indiferença e solidão. Entretanto, esses elementos tomam forma singular no sujeito, podendo também se configurar como fatores de desenvolvimento e crescimento pessoal.

Capítulo 2

TRABALHO E RELACIONAMENTOS NA PÓS-MODERNIDADE

Na perspectiva de González Rey (2005, 2007) o sujeito se constrói em meio aos espaços sociais nos quais ele transita, que o permeiam e tomam forma em sua subjetividade. Dessa forma, para se refletir sobre o sujeito na pós-modernidade, é imprescindível pensar sobre as transformações ocorridas nos principais espaços sociais em que ele está inserido e como as relações interpessoais estão se constituindo nesses contextos. Sob esse enfoque, serão abordadas as questões referentes ao trabalho, à família e às relações afetivas, sejam elas amorosas ou de amizade.

2.1. O sujeito e o trabalho na pós-modernidade

Ao se refletir sobre o sujeito na pós-modernidade, freqüentemente é possível se deparar com a questão do trabalho como um dos elementos centrais do cotidiano na sociedade contemporânea. Conforme apontado por Ribeiro (2007, p. 12) “o trabalho constitui um importante espaço de socialização e de definição de identidades de maior relevância na vida do ser humano”. Contudo, apesar da relevância que o trabalho ainda possui, ele tem assumido aspectos e significados diferenciados na atualidade. Dessa forma é necessário compreender como o sujeito se relaciona com o trabalho e seu significado na contemporaneidade.

O mundo do trabalho sofreu grandes transformações desde a revolução industrial, partindo de uma perspectiva taylorista até a época presente, na qual o foco é cada vez mais o trabalhador. As transformações ocorreram não apenas no âmbito das organizações, mas também na sociedade de um modo geral.

No contexto organizacional ocorreram muitas mudanças nas formas de produção e estruturação: os modelos taylorista ou fordista não deixaram de existir, entretanto eles coexistem com outras perspectivas mais individualistas que investem cada vez mais no trabalhador, colocando-o como um dos principais elementos no aumento da produção. Na atualidade eclodem teorias sobre a motivação e a satisfação no trabalho, as quais pretendem muitas vezes auxiliar o gestor no desenvolvimento desses aspectos. Conseqüentemente à ênfase no nível micro da organização, passou-se a exigir um outro perfil desse trabalhador, o qual envolve um aperfeiçoamento contínuo, flexibilidade, criatividade e iniciativa, dentre outras características. Há que se ressaltar também que as empresas se tornaram mais conectadas e dependentes da economia mundial, o que contribui para o clima de incerteza, já que práticas como o *dowsizing*⁴ tem se tornado freqüentes e rentáveis.

Essas transformações corroboraram a responsabilização do sujeito discutida no capítulo I, pois coube ao trabalhador o ônus pelo seu sucesso ou fracasso, sendo que o primeiro seria alcançado pelo esforço empreendido no desenvolvimento máximo e constante de seu potencial. Nesse contexto, o trabalho se apresenta como mais um projeto da pós-modernidade que proporcionaria a realização do indivíduo. No discurso, o indivíduo tem cada vez mais autonomia no trabalho, o que inclui participar de processos decisórios e até mesmo da porcentagem dos lucros, mas cria-se um aprisionamento no qual, discursivamente, o trabalhador é livre e autônomo, mas ele se torna cada vez mais “refém” do trabalho na medida em que é preciso que este se dedique ao máximo, além de necessitar trabalhar cada vez mais para manter a subsistência ou mesmo o conforto. O que pode se observar é um ciclo recursivo e contraditório de liberdade-autonomia-responsabilidade e aprisionamento. Trata-se de mais uma imposição ao sujeito, já que, se ele não é bem sucedido, a “culpa” é toda dele, pois ele não trabalhou o bastante, não fez as melhores escolhas ou não se preparou como deveria. Não

⁴ Segundo Robbins (2001, p. 13), *dowsizing* se refere a uma “prática de reduzir o tamanho de uma organização por meio de demissões generalizadas”.

se trata de afirmar que o sujeito não é ativo perante seus espaços sociais, ele é realmente capaz de transformar elementos de sua subjetividade social e se colocar de forma criativa em relação ao trabalho, tendo também sua responsabilidade, contudo, o sujeito se constrói/constitui em um meio social e o que se observa é que o discurso de autonomia do trabalhador muitas vezes desconsidera o seu caráter histórico-cultural, eximindo a sociedade de sua responsabilização e imputando-a totalmente ao indivíduo. É necessário ressaltar ainda que esse ideal de autonomia no trabalho ainda não alcançou as classes mais baixas, que freqüentemente ainda são vistas sob o prisma das teorias mais antigas da administração, para as quais o trabalhador precisa ser vigiado e fiscalizado constantemente para que desempenhe seu papel.

A discussão acerca do trabalho remete ainda à idéia de sociedade do desempenho trazida por Lipovetsky (2007). Para o referido autor os indivíduos são continuamente chamados a “construir-se, destacar-se, aumentar suas capacidades; a sociedade de desempenho tende a tornar-se a imagem prevalente na hipermodernidade” (2007, p. 260). Sob esse enfoque, é exigido do sujeito que ele otimize ao máximo toda a sua potencialidade e seus recursos. Essa idéia da “sociedade do desempenho” está relacionada à constante enfatização da performance e da imagem na sociedade contemporânea, na medida em que o indivíduo deve se preocupar constantemente em aparentar ser o melhor para estar em evidência e satisfazer às expectativas da organização e da sociedade. Entretanto, como se configuram as necessidades do sujeito em meio a essas exigências? Para Lipovetsky (2007) esse ideal de desempenho não foi completamente incorporado pelo sujeito. O que se observa é que existem pessoas que se colocam dispostas a se manterem nessa competitividade e em meio a uma cobrança constante e isso para alguns pode ser até prazeroso, contudo existe uma grande parcela dos trabalhadores para quem o trabalho tem assumido um aspecto de sofrimento. Certamente o sofrimento no trabalho não é uma questão atual, mas provavelmente esteja

assumindo tanta evidência atualmente devido à atenção dada ao trabalhador pela organização e a outros fatores como a articulação entre o trabalho, o consumo e as necessidades.

Ao se refletir sobre a questão do trabalho na pós-modernidade, é necessário observar a relação entre o trabalho, o Estado e o mercado. De acordo com Santos (1995), entre as funções inerentes ao Estado está regular a relação entre o trabalho e a economia. O que se pode perceber na atualidade é que o Estado deixa em segundo plano sua atividade regulatória, passando a permitir que a própria economia dite as relações entre o trabalhador e a empresa. Percebe-se que, em nome do crescimento dessa economia, o que na verdade muitas vezes objetiva o crescimento das empresas, retiram-se direitos do trabalhador e flexibilizam-se os contratos, tornando o futuro do trabalhador cada dia mais incerto. É certo que no Brasil ainda são garantidos muitos direitos que visam à estabilidade e à qualidade de vida, contudo, observa-se no discurso que há uma tendência que o Estado diminua essa proteção.

Desde a modernidade o trabalho já se mostrava essencial à subsistência, mas na contemporaneidade, ao menos nas classes médias e altas, ele transcendeu esse aspecto e passou a se tornar não apenas fundamental para o sustento, mas também um meio para se conseguir conforto, bens de consumo, reconhecimento social e até mesmo o lazer, transformando-se em um paradoxo no qual trabalha-se muito, mas foca-se o lazer.

Na relação entre o trabalho e o consumo na pós-modernidade é possível observar, ainda, que, em meio a uma sociedade onde o consumo tem se exacerbado cada vez mais, é preciso ter dinheiro para conseguir acumular cada vez mais objetos de desejo e obter reconhecimento social, logo, o trabalho se mostra freqüentemente como o principal meio de seguir consumindo. Lipovetsky (2007) apresenta uma interessante pesquisa realizada na França na qual nove em cada dez trabalhadores se declararam felizes em seu trabalho. Contudo, menos de um em três citou o prazer; apenas um terço colocou que o trabalho pode ser um meio para se desenvolver enquanto sujeito, e a maioria respondeu que não trabalharia,

caso tivesse dinheiro. Um dos aspectos observáveis na pesquisa é justamente o papel intermediário do consumo que o trabalho tem assumido, na medida em que, muitas vezes, quando se tem dinheiro não é mais necessário trabalhar. Provavelmente o próprio imperativo de desempenho auxilia na perda do prazer no trabalho, fazendo com que ele se torne apenas o empreendimento de um esforço pelo qual se receberá pagamento, em detrimento do desempenho de uma atividade que proporciona prazer e desenvolvimento ao sujeito. Há que se ressaltar que a escassez de empregos é um dos grandes medos que acometem as pessoas, ocasionando, freqüentemente, a impossibilidade de escolha do trabalho por prazer.

Outro aspecto a ser considerado, ao se refletir sobre a relação entre trabalho e consumo, é que cada vez aumenta mais a idéia do que é conforto ou bem estar. Para se conseguir o celular com tecnologia mais avançada, um *home theater* ou um carro novo, trabalha-se cada vez mais e têm-se menos tempo para usufruir os bens acumulados. De forma semelhante acontece com o lazer, conforme colocado por Debord (1997) e Lipovetsky (2007), muitas vezes o momento mais esperado para o trabalhador é aquele em que ele poderá se dedicar aos seus prazeres, ao seu tempo fora do trabalho ou às suas férias. Esse é um dos aspectos que fica evidente ao se pensar sobre o sofrimento, já que em torno do trabalho podem ser construídos sentidos de obrigação, exigência exacerbada e insatisfação, tornando mais atraente os momentos livres dessas exigências. Há que se refletir, ainda, que, nessa configuração subjetiva acerca do trabalho, ele toma forma contraditória às necessidades do sujeito, uma vez que, conforme discutido acima, é um meio para consumo, mas se transforma muitas vezes em sofrimento.

A idealização dos momentos de lazer em detrimento do período de trabalho também está relacionada à articulação entre o trabalho e o tempo na pós-modernidade. Observa-se freqüentemente que, na atualidade, a maior parte do cotidiano das pessoas é dedicada ao trabalho, pois muitas vezes, mesmo sem estar no local de trabalho, ele está se instruindo para

se manter atualizado no mercado ou, ainda, continua disponível para o chefe por meio de novas tecnologias como a Internet ou o celular. Conforme observam Coutinho, Krawulski e Soares (2007), as transformações na forma de produção modificaram a relação tempo - espaço e exigem cada vez mais disponibilidade para o trabalho. Dejours (1987, p 46) também aborda essa questão ao pontuar que “o tempo de trabalho e o tempo fora do trabalho formam uma continuidade dificilmente dissociável” e que a preocupação excessiva com o tempo não pára no horário de lazer. Essa perspectiva traz uma interessante reflexão, pois se observa que em alguns momentos, mesmo que a pessoa esteja em alguma atividade de lazer, torna-se difícil sair do papel de trabalhador e do tempo cronometrado, perdendo-se muitas vezes a oportunidade de um descanso efetivo. Nessa reflexão acerca da relação entre o tempo e o trabalho, Navarro e Padilha (2007) fazem uma interessante observação, trazendo a imposição da noção de “tempo útil” e a ênfase na idéia de que “não se pode perder tempo, de que tempo é dinheiro”. Para os autores, esta assertiva demonstra como o tempo se transformou em moeda de mercado. Conforme já sugerido, deve-se ressaltar que o trabalho não se refere apenas ao ambiente de trabalho, pois cada vez mais ele perpassa os outros campos da vida social, como a própria família, ou mesmo o lazer. Devido à própria exigência exacerbada de dedicação ao trabalho, cada vez tem-se menos tempo para estar em família ou mesmo na comunidade em geral, o que faz com que a participação dos pais na educação dos filhos esteja cada vez mais restrita a momentos isolados e seja constantemente delegada a outras pessoas que passam o dia todo com a criança, como as babás, a creche ou a escola. Esse é um elemento que freqüentemente é sentido como culpa pelos pais, diante da sua ausência perante os filhos, e fazem com que muitas vezes os pais busquem agradar aos filhos a fim de que eles não se entristeçam com a sua ausência, e os pais sintam-se menos culpados. O problema é que, em meio a uma sociedade de consumo, uma das formas possíveis de se agradar é presenteando o filho, ou, ainda, permitindo que no momento em que a família esteja reunida,

o filho seja atendido em todos os seus desejos. Observa-se que esse panorama traçado acerca do trabalho pode favorecer a construção de sentidos que passam por um registro emocional do trabalho como uma obrigação e exigência, excluindo muitas vezes seu aspecto prazeroso.

Ao abordar a questão do trabalho na pós-modernidade, também se faz necessário discutir a sua falta, a qual tem se tornado um dos grandes temores na contemporaneidade. O trabalho também é permeado pela atmosfera de incerteza e insegurança discutida no capítulo I. Essa condição também deve ser correlacionada às discussões acerca da regulação dos trabalhadores pelo mercado, em detrimento do Estado, e da crescente necessidade de qualificação, explanadas anteriormente. Para Veronese (2006), a competição capitalista mundial, a globalização com a abertura dos mercados e a substituição de mão-de-obra humana pela informatização são fatores que geram o desemprego, modificando as representações acerca do trabalho. Contudo, ao se falar de desemprego, uma questão se mostra recorrente: o que significa para o sujeito, na contemporaneidade, ser desempregado? Apesar da complexidade da questão e da necessidade da realização de uma pesquisa qualitativa para aprofundar o tema, é possível, por meio da literatura, estabelecer algumas reflexões. Ao se considerar a existência de um movimento social no qual a pessoa é valorizada pelo que tem, acumula e produz, observa-se que nessa perspectiva não há lugar para os desempregados, favorecendo a construção de sentidos de marginalização e inutilidade, nos quais o sujeito sente que não pertence à sociedade. A configuração subjetiva construída em torno do trabalho será permeada por sentidos de outros espaços, podendo fazer com que, por exemplo, esse sentido subjetivo de inutilidade traga sofrimento e se estenda a outros espaços sociais, podendo o sujeito não sentir que é bom pai ou mãe, bom marido ou esposa, etc.

Diante dessas reflexões acerca do trabalho e do desemprego, é preciso considerar como essas questões se relacionam com a identidade. Na literatura (Coutinho, Krawulski e

Soares, 2007; Navarro e Padilha, 2007. Ribeiro, 2007) é possível observar a importância do trabalho como elemento de construção do sujeito. Conforme colocado por Coutinho, Krawulski e Soares (2007), talvez na contemporaneidade a identidade não seja construída em função da profissão desempenhada, mas sim considerando um aspecto mais abrangente do trabalho, que vai além da atividade e do mundo do trabalho propriamente dito, abarcando uma série de espaços sociais, como a família e o lazer, já que compartilha sentidos subjetivos com outros espaços. Apesar de alguns questionamentos quanto à validade do trabalho na pós-modernidade como elemento da identidade, tendo em vista que não se pensaria mais na questão de classe, reafirma-se que este continua sendo um elemento essencial, sendo que, mesmo na sua falta real, como no caso do desemprego, ele não perde sua importância, ao contrário, configura-se como um espaço social central da vida das pessoas atualmente. Conforme colocam Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994, p. 143):

O trabalho aparece definitivamente como um operador fundamental na própria construção do sujeito. (...) o trabalho não é apenas um teatro aberto ao investimento subjetivo, ele é também um espaço de construção do sentido e, portanto, de conquista da identidade, da continuidade e historicização do sujeito.

O que se observa é que a identidade é construída justamente por aspectos de incerteza, insegurança, flexibilidade e imperativos de desempenho.

A partir dessas observações é preciso considerar o sentido que o trabalho assume para o sujeito e como se dá a questão do sofrimento do trabalhador na atualidade. Morin, Tonelli e Pliopas (2007) realizaram uma pesquisa com alunos de uma instituição de especialização em administração de São Paulo a qual concluiu que, para que o trabalho tenha sentido, ele deve estar relacionado à satisfação pessoal, proporcionando desafios e permitindo a contribuição pessoal do trabalhador; à autonomia; à sobrevivência; à aprendizagem e ao

crescimento e à utilidade. Um dado interessante dessa pesquisa é que a remuneração foi mencionada por todos os entrevistados, tanto como forma de sobrevivência quanto como possibilidade de autonomia e independência. Alguns entrevistados descreveram o sentido do trabalho como uma forma de pertencer ao conjunto social e interagir com diferentes grupos sociais, o que remete novamente à complexa situação do desempregado. Conforme pontua González Rey (2005, pp. 245-246):

Toda atividade ou relação implica o surgimento de um conjunto de necessidades para ter sentido para o sujeito, só que este sentido se dá no contexto da realização da dita ação, mesmo que nele participam emoções que não estão diretamente relacionadas ao contexto da ação e que são uma expressão do estado real de cada sujeito no momento de realização de sua ação, assim como de sua constituição subjetiva.

Dessa forma, para que o trabalho tenha sentido, ele deve estar relacionado às necessidades do sujeito, devendo-se ressaltar que estas possuem como principal aspecto a emocionalidade. Portanto, os sentidos construídos acerca do trabalho não serão constituídos apenas de elementos relacionados a este, mas por um universo de necessidades do sujeito que se expressarão em determinado espaço social. Sob essa perspectiva, falar sobre o sentido do trabalho implica considerar como o sujeito articula os diversos espaços em que transita, os quais também abarcarão todas as questões a serem refletidas nesse capítulo acerca das relações interpessoais, afetivas e familiares. De um modo geral, pode-se tentar estabelecer algumas possibilidades de sentido, como demonstrado na pesquisa acima, o que corroborou a visão de González Rey, na medida em que se observou que o sentido do trabalho estava atrelado a necessidades do sujeito.

A partir desse enfoque, percebe-se que constantemente questões relacionadas ao trabalho são subjetivadas em forma de conflito, muitas vezes porque as necessidades do

sujeito não são coerentes com o mundo do trabalho. Dejours (1987) relembra que o sujeito que chega ao trabalho é um sujeito histórico, com suas expectativas e motivações, o que freqüentemente faz com que haja um choque entre esse sujeito histórico e a organização. Contudo, a questão do sofrimento no trabalho não pode ser reduzida apenas ao âmbito organizacional. A pesquisa qualitativa de Ribeiro (2007) demonstrou como a questão do sofrimento no trabalho faz parte de um contexto social muito mais amplo e é perpassada por sentidos subjetivos de outras configurações, como o gênero e a família, sendo interessante observar na entrevistada como a família se configurou como um fator de apoio e afetividade, possibilitando à pessoa, mesmo em sofrimento, manter um núcleo de organização subjetiva. Portanto, conforme pontua González Rey (2004, citado por Ribeiro, 2007, p. 42), “O sentido de atividade de trabalho dependerá muito do desenvolvimento, e dos recursos psicológicos do trabalhador, e não apenas das características objetivas da atividade”.

Diante dessas reflexões acerca do trabalho, destaca-se na pesquisa de Morin, Tonelli e Pliopas (2007) o fato da remuneração ter sido citada por todos entrevistados como um aspecto importante do trabalho. A pesquisa realizada na França e trazida por Lipovetsky (2007), a qual foi citada no início deste capítulo, também possui dados semelhantes. A partir dessas pesquisas, surge uma inquietante questão: trabalha-se tanto para ganhar dinheiro apenas para obter conforto ou mais bens de consumo? A autora acredita que não. O dinheiro possui aspectos simbólicos muito mais amplos do que apenas um meio para o consumo.

Moreira (2002) realizou uma pesquisa no Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Distrito Federal acerca do significado do dinheiro, a qual observou os seguintes componentes: poder, conflito, progresso, cultura, desapego, desigualdade, sofrimento e estabilidade. Foi interessante notar que em todas as regiões o índice mais alto foi estabilidade e o menor sofrimento. O que isso significa? Talvez as pessoas estejam ansiando por um pouco de certeza, de estabilidade, a qual muitas vezes imagina-se que será oferecida pelo dinheiro.

Pode ser que este elemento seja um indicador de sentido que demonstra o quanto a incerteza tem permeado a vida do sujeito. A pesquisa concluiu que “o dinheiro assume dimensão de preocupação eminentemente social em nosso país, contrastando com a tônica das pesquisas conduzidas em outros contextos, que têm focalizado a dimensões de significado do dinheiro relacionadas ao nível individual” (Moreira, 2002, p. 386). A preocupação nacional referida pela autora possivelmente está relacionada, dentre outras questões, à dimensão do trabalho, suas exigências e ameaças constantes de desemprego. Outro interessante indicador da pesquisa foi o fato da associação entre dinheiro e sofrimento ter obtido a menor pontuação em todas as regiões pesquisadas, o que corrobora um atrelamento do dinheiro a conquistas ou estabilidade, podendo estar relacionado à felicidade.

Ao observar a importância dada ao dinheiro na contemporaneidade, é necessário refletir sobre como ele, a despeito da pesquisa citada anteriormente, na verdade muitas vezes se configura como um fator de sofrimento quando analisado em uma perspectiva relacional.

Gaulejac (2006), ao fazer uma análise sobre a vergonha, enfoca como a falta de dinheiro frequentemente se atrela a esse sentimento. Ao apresentar a história de um dos pesquisados, ele coloca que a falta de dinheiro constantemente remete a criança à sua diferença, pois ela não tem objetos que a assemelhariam aos outros e “não só esta diferença a isola como também a remete à sua falta, à sua inferioridade econômica e, em consequência, à sua inadaptação social” (2006, p. 72). Observa-se nessa perspectiva como o dinheiro permeia as relações sociais e, conseqüentemente, a própria constituição do sujeito. Contudo, como o próprio autor alerta, a pobreza não é de forma alguma vergonhosa por si mesma. A correlação entre a pobreza, as relações sociais e o sujeito é subjetiva e, para que assuma tal caráter, dependerá do entrelaçamento de vários sentidos subjetivos.

Observa-se que a relação entre dinheiro e subjetividade pode ser tão forte a ponto de fazer, por meio de uma subjetividade social, o sujeito não se sinta reconhecido como ser

humano, principalmente nas suas relações interpessoais com aqueles que têm dinheiro e tratam como objeto os menos favorecidos. Ressalta-se ainda que essas experiências podem ser tão marcantes que mesmo que o sujeito saia da condição de pobreza, a vergonha, o sentimento de exclusão e inadaptação podem persistir, conforme aponta Gaulejac (2006; 2001).

A partir dessas considerações, é possível perceber como na sociedade pós-moderna se estabelece uma forte correlação entre o dinheiro e a subjetividade, perpassando as relações interpessoais. Percebe-se que o dinheiro assume uma grande importância, tanto como possibilitador do consumo, o que é preponderante em uma sociedade consumista, quanto como elemento de pertencimento e poder. Deve-se ressaltar também que a falta de dinheiro, em uma sociedade que valoriza quem é bem-sucedido e que enaltece a competição e a excelência, aparece muitas vezes como o próprio retrato do fracasso do sujeito. Esse panorama frequentemente é favorecedor de sofrimento, além de se configurar em mais um obstáculo às relações interpessoais contemporâneas, fazendo com que o dinheiro muitas vezes assumam uma importância maior que as relações interpessoais, conforme aponta González Rey (2007, p. 172), “nas condições da sociedade atual, na qual o consumo passou a ser um aspecto central de uma grande parte das pessoas, é estabelecida uma lógica consumo-dinheiro que aliena a pessoa em relação aos seus vínculos e processos de relação”.

Portanto observa-se que a questão do trabalho e do dinheiro na pós-modernidade é extremamente complexa e se relaciona com questões mais amplas como a economia, a posição do Estado e o enaltecimento do consumo e do imperativo de desempenho, tomando forma em um sujeito histórico-cultural por meio de uma emocionalidade que se configura muitas vezes na forma de conflito, tanto pelos sujeitos que procuram adequar-se às novas exigências e tentam otimizar seus recursos na relação trabalho – tempo e outros espaços sociais, quanto pelos que ficam à margem da sociedade, seja por meio do desemprego ou pela falta de dinheiro.

2.2. Relações interpessoais pós-modernas

Ao partirmos da perspectiva da teoria da subjetividade de González Rey, para a qual o sujeito é dialógico, se faz necessário considerar como a dimensão das relações interpessoais tem se apresentado, pois, principalmente a partir de suas relações, o sujeito constrói sentidos e cria alternativas e recursos que fazem parte de suas práticas sociais.

Considerar o tema das relações interpessoais implica primeiramente ressaltar que as reflexões tentarão ser abrangentes, entretanto elas acabam representando apenas um enfoque acerca do assunto, pois é uma questão complexa e que possui grandes variações, principalmente culturais. É relevante pontuar que até mesmo quando se pretende focar apenas um país, no caso o Brasil, corre-se o risco de não conseguir abranger as diversidades regionais. Partindo-se dessas ponderações, tentar-se-á refletir um pouco sobre como tem se apresentado essa questão na contemporaneidade.

Ao se discutir as questões relacionadas ao trabalho e ao dinheiro, sugeriu-se que há um enaltecimento do consumo em detrimento de outras necessidades do sujeito, como, por exemplo, o estabelecimento de vínculos. Observa-se na literatura que freqüentemente é citada essa dificuldade em se estabelecer vínculos interpessoais na pós-modernidade. Contudo, ao abordar essa questão, se assumirá no presente trabalho que a qualidade do vínculo é muito mais importante que a quantidade de pessoas com as quais o sujeito se relaciona, pois muitas vezes se observa que os indivíduos convivem com várias pessoas, porém continuam a se sentir sozinhos. Considerar-se-á o vínculo como uma relação mais profunda e qualitativa do que a mera convivência, sendo que este é fundamental na constituição do sujeito, auxiliando-o a ressignificar seus sentidos subjetivos e a se desenvolver continuamente.

Ao se analisar a literatura sobre o tema, duas dimensões acerca das relações interpessoais destacam-se: a primeira trata do esvaziamento do espaço público e da exaltação

do privado; a segunda refere-se à “mercantilização” das relações, ou seja, da transposição das relações comerciais para as relações entre as pessoas.

Bauman (2004) e Lipovetsky (2007) ressaltam que o espaço público tornou-se cenário para pessoas que então juntas em determinado momento e contexto, sem, contudo, verdadeiramente se relacionarem. Para os autores, trata-se apenas de individualidades que se encontram momentaneamente, mas que não conseguem estabelecer entre si uma relação profunda. Portanto, ao se afirmar que há um esvaziamento do espaço público, percebe-se que a expressão “esvaziamento” refere-se à uma falta da dimensão de troca e do vínculo nesse espaço. Touraine (1998) partilha de um pensamento semelhante ao colocar que “a dessocialização da cultura de massa faz com que vivamos juntos apenas à medida que fazemos os mesmos gestos e utilizamos os mesmos objetos, mas sem sermos capazes de nos comunicar...” (p. 10). O que se observa de comum nos autores citados é que, para eles, em muitos momentos inexiste a dimensão de troca e de abertura ao outro, a alteridade propriamente dita, as pessoas estariam se relacionado apenas com suas próprias necessidades e desejos que visualizariam no outro.

Bauman (1998) também pontua que há uma tendência cada vez maior das pessoas se reunirem em clubes ou associações nas quais existam apenas pessoas consideradas semelhantes. Primeiramente deve ser observado que muitas vezes o fenômeno apontado pelos autores realmente se verifica em determinadas situações, principalmente no que se refere à reunião apenas com pessoas semelhantes, o que se mostra bastante preocupante, pois se nota que cada vez mais as diferentes realidades sociais não conseguem se conectar. Percebe-se que freqüentemente há um isolamento de cada classe social em seu nicho, fazendo com que, muitas vezes, se tenha um conhecimento restrito do lugar onde se vive, além de dificultar cada vez mais as relações interpessoais entre pessoas de diferentes classes. Nesse sentido, Bauman (2004) sugere que há uma *mixofobia*, ou seja, um medo de se “misturar” com o diferente.

Gomes e Júnior (2007) realizaram uma pesquisa acerca da amizade e verificaram que na maioria dos entrevistados os amigos eram do mesmo nível socioeconômico, além de perceberem que a rede de amigos era formada por pessoas que compartilhavam espaços comuns: bairro, escola, trabalho. Observa-se ainda, que, conforme discutido no capítulo I, o individualismo tem se exacerbado. É comum, por exemplo, em Brasília, que os vizinhos não se conheçam e sequer se cumprimentem. Contudo, se esse panorama refletisse totalmente a subjetividade social, seria anunciado o fim das relações afetivas (tomando-se afetiva como qualquer relação que envolva afeto, seja amorosa ou de amizade), porém não é isso que se percebe. O sujeito é criativo e desenvolve recursos que o auxiliam a lidar com as dificuldades que lhe aparecem. De fato existe uma dimensão da relação interpessoal que tem se mostrado bastante difícil, principalmente devido às considerações trazidas acerca do individualismo, porém é preciso muita cautela ao se universalizar os fenômenos.

Há ainda que se considerar que não se pode atribuir a responsabilidade pelas dificuldades enfrentadas no estabelecimento de relações interpessoais apenas ao individualismo, pois existem outros fenômenos sociais agregados que também proporcionam um distanciamento entre as pessoas, dentre eles a competitividade e o medo. Alberoni (1984) e Gomes e Júnior (2007) ressaltam a competitividade existente na atualidade. Sob esse enfoque, no mundo da performance e da excelência, o outro torna-se um concorrente, fazendo com que se perca o interesse genuíno pela relação. O medo e a violência também são fatores de grande importância nessa análise. Devido à forma como tem se configurado a violência, o estranho tornou-se uma ameaça em potencial. Observa-se um medo crescente em relação a pessoas desconhecidas, pois podem ser alguém querendo prejudicar ou aplicar algum golpe. O problema é que criminosos realmente têm se utilizado da solidariedade das pessoas para violentá-las, o que cria um afastamento cada vez maior, favorecendo que as pessoas temam, por exemplo, começar a conversar na rua com alguém desconhecido. Sob essa perspectiva, o

individualismo não é o único responsável pelo esvaziamento do espaço público, já que este tem se mostrado cada vez mais inseguro. Bauman (2004) traz um interessante exemplo ao citar a cidade de São Paulo, onde se passa a viver isolado em condomínios que delimitam o “dentro” e o “fora”. O autor ressalta, ainda, que os lares de muitas áreas urbanas agora existem para proteger seus habitantes, não para integrar as pessoas e as suas comunidades. A questão do esvaziamento do espaço público é, portanto, muito mais ampla e multifatorial.

A outra dimensão ressaltada pela literatura é a mercantilização das relações. Para Bauman (2004):

O desvanecimento das habilidades de sociabilidade é reforçado e acelerado pela tendência, inspirada no estilo de vida consumista dominante, a tratar os outros seres humanos como objetos de consumo e a julgá-los, segundo o padrão desses objetos, pelo volume de prazer que provavelmente oferecem e em termos do seu valor monetário (p 96).

O referido autor também argumenta que as relações interpessoais contemporâneas são consumíveis e descartáveis. Lipovetsky (2007) coloca de forma semelhante que a maior parte das relações se tornou monetária ou contratual. Gomes e Júnior (2007) partilham do mesmo pensamento ao pontuar que as relações se estabelecem em função do prazer que o outro proporciona. Lipovetsky (2007), entretanto, se mostra um pouco mais cauteloso ao refletir que o consumismo tem penetrado a maioria das esferas da vida, mas não se pode reduzir tudo a essa relação, o autor lembra que “ainda que a experiência mercantil ocupe uma parte cada vez mais importante de nosso tempo, a relação consigo e com os outros não se reduz a atividades consumistas” (Lipovetsky, 2007, p. 143). A perspectiva de Lipovetsky parece mais coerente, na medida em que não se pode compreender o distanciamento do outro apenas sob o enfoque de uma artimanha do capital. Existe uma dimensão social muito mais

ampla que a econômica. A relação entre as pessoas passa por um aspecto qualitativo que não pode ser reduzido a uma relação de consumo.

Há um ditado popular que diz: “o mal do século é a solidão”. O que se observa é que realmente, por todos os fatores acima citados, há uma dificuldade em se estabelecer vínculos, contudo, é necessário refletir que, conforme sugerido acima, o sujeito é ativo nos espaços sociais em que transita e muitas vezes desenvolve formas alternativas diante dessa configuração. Mesmo que as relações estejam cada vez mais restritas a determinados espaços sociais comuns, dentro desses espaços o sujeito se abre mais para o contato com o outro, estabelecendo relações significativas. Não se pode dizer que isso acontece com todos, mas é certo que mesmo em meio a todas essas transformações sociais, as relações interpessoais continuam se desenvolvendo e aprofundando. Também é relevante considerar que a solidariedade entre as pessoas continua existindo, como se percebe, por exemplo, em inúmeras situações em que fenômenos da natureza destroem cidades inteiras e as pessoas se unem para ajudar aos desabrigados, contrariamente ao que afirma Bauman (2004, p 96) “a solidariedade humana é a primeira baixa causada pelo triunfo do mercado consumidor”. Certamente há muitas pessoas que ainda desenvolvem a tolerância às diferenças, o interesse genuíno pelo outro, a compaixão e o prazer do companheirismo.

Outra transformação nas relações pós-modernas é o surgimento de novas formas de se relacionar devido às evoluções tecnológicas. A Internet trouxe outras formas de se comunicar e de conhecer pessoas, o que possibilitou o surgimento de relações interpessoais diversificadas. Por meio da Internet pode-se conhecer e conversar com pessoas de qualquer lugar do mundo, as quais muitas vezes nunca se conhecerá pessoalmente, possibilitando que o indivíduo seja quem ele quiser, mesmo que não seja verdade. Contudo, nem todos que se relacionam pela Internet mentem sobre quem são. Há também a possibilidade de se relacionar na segurança dos seus lares, livre das ameaças dos espaços públicos e do contato real. A

Internet também pode ser um meio para a pessoa se colocar com liberdade, longe do medo de não ser aceita e, pelo menos momentaneamente, livre dos padrões estéticos dominantes.

Cobucci (2007) realizou um trabalho acerca dos relacionamentos interpessoais na Internet por meio do *orkut*⁵ e concluiu que os relacionamentos “virtuais”, seja através do Orkut ou de outras ferramentas como o MSN ou ICQ, não substituíram os contatos pessoais, mas apenas ampliaram as possibilidades, fazendo com que as pessoas se relacionem das duas formas concomitantemente. Entretanto, essa questão se mostra ambígua. Por um lado o relacionamento virtual pode ser utilizado como uma aproximação entre as pessoas, já que possibilita que a manutenção do contato, mesmo separadas por grandes distâncias geográficas; pode ainda em alguns casos, conforme verificado em atendimentos clínicos no estágio de psicologia, ser um cenário para amizades qualitativamente importantes para o sujeito, mesmo que as pessoas não se conheçam. Entretanto, essa mesma ferramenta também pode afastar as pessoas, na medida em que muitas vezes os relacionamentos que se estabelecem são fantasiosos; o sujeito os utiliza como um meio para ser o que ele idealiza e não se deparar com suas questões; ou, ainda, as relações que se estabelecem podem ser superficiais: uma pessoa pode ter vários amigos na rede, sem, contudo, estabelecer uma relação de confiança e troca com eles, se configurando apenas em relações competitivas pela quantidade de amigos nas redes virtuais. Outro fator que deve ser considerado é a quantidade de tempo que se passa em frente ao computador, a qual é crescente e que pode levar a um certo isolamento. No entanto, esse fator não pode ser analisado sem se considerar que a própria dinâmica social favorece esse fenômeno, já que o tempo dispensado às inúmeras atividades cotidianas, principalmente ao trabalho, é cada vez maior, fazendo com que seja mais prático apenas sentar-se em frente ao computador e trocar rápidas palavras com várias pessoas concomitantemente do que marcar encontros. Por fim, concorda-se com Cobucci

⁵ O *orkut* é um software que permite às pessoas estabelecer redes de amigos virtuais, nas quais podem trocar mensagens, expor fotos e dados pessoais, dentre outros.

(2007) quanto ao fato dos relacionamentos virtuais não terem substituído a necessidade pelo encontro fora do “mundo virtual”. Contudo, há que se considerar que há um número crescente de pessoas que dedicam seu tempo aos relacionamentos virtuais em detrimento dos encontros “reais”.

Considera-se, portanto, que as relações interpessoais pós-modernas possuem características peculiares, devido, principalmente, a inovações tecnológicas, a influências da economia e a novas configurações do espaço público, que fazem com que as pessoas se reúnam cada vez mais entre seus semelhantes, dentre outros fatores como o tempo dispensado ao trabalho. No entanto, essas transformações não prescindiram da necessidade de encontros entre as pessoas e do estabelecimento de vínculos significativos, os quais o sujeito continua a buscar. Para aprofundar a questão, tratar-se-á de duas formas de relações interpessoais extremamente importantes para o sujeito: a amizade e o relacionamento amoroso.

2.2.1. A amizade na contemporaneidade

A amizade é uma forma de relacionamento interpessoal de grande importância para o sujeito. Por meio da amizade o sujeito pode se sentir acolhido, compartilhar angústias e alegrias e trocar constantemente experiências, sendo uma efetiva fonte de ressignificação dos sentidos. Contudo, apesar da relevância dessa relação para o sujeito, a literatura sobre o tema é escassa. Rezende (2002), ao pretender realizar uma pesquisa sobre o tema, comenta que seu projeto de pesquisa foi recebido no meio acadêmico do Brasil com certa indiferença, pois era questionado o porquê de se estudar a amizade em uma sociedade marcada por tantos outros problemas, como a violência e a desigualdade. É possível observar que não há uma percepção sobre a importância da amizade para o sujeito e do quanto ela pode se configurar em fator de organização subjetiva e de saúde.

A amizade é aqui definida como um relacionamento interpessoal que pressupõe o espaço para o encontro, a experimentação, a afetividade e a tolerância. Não se trata apenas de solidariedade, mas de uma relação em que há troca. Isso não quer dizer que ela seja livre de problemas ou cobranças ou que exija uma aceitação total do outro. Por se tratar de uma relação entre sujeitos histórico-culturais ela se configura, assim como outras relações interpessoais, pelo encontro de subjetividades em meio a uma subjetividade social. Mas o que se destaca na amizade é justamente sua dimensão de troca, afetividade e companheirismo, o que a configura como um importante facilitador do crescimento e desenvolvimento do sujeito.

Na contemporaneidade pode-se apreender da escassa literatura que há uma tendência dos autores, como citado no item anterior, a enfatizar a dificuldade de se fazer amigos. Enriquez (2007) destaca que “os indivíduos tem cada vez mais dificuldade de fazer amigos, porque o amigo pode ser um concorrente, alguém que tome o seu lugar ou alguém que vai traí-lo”. Observa-se que esse aspecto talvez seja mais acentuado no ambiente de trabalho, devido às transformações discutidas acerca do mercado e da escassez de emprego. Gomes e Junior (2005, p. 138) colocam que “as relações de amizade, no atual contexto de individualismo em que as relações com os outros (em sua diferença/estranheza) são sentidas com medo e desconfiança, tornam-se espaços destituídos de experimentação do não-familiar, constituindo-se com a essência do que Sennet (1988) chama de ‘celebração do gueto’”. Allan (1989, citado por Rezende, 2002) corrobora essa visão ao pontuar que a amizade tende a se estabelecer entre pessoas com a mesma origem social, que convivem no mesmo meio e compartilham os mesmos interesses, ou que tenham posições sociais, gêneros, origem étnica e religião semelhantes. Essa preocupação dos autores advém de questões discutidas no item anterior relacionadas à tendência contemporânea de relacionamentos apenas com pessoas semelhantes, pois, dessa forma estaria se perdendo a dimensão de troca da amizade. Talvez nesse tipo de relacionamento a troca realmente possa ser diminuída, mas jamais perdida, uma

vez que o ser humano é extremamente complexo e singular e a partir do momento que está em relação, seja de amizade ou amorosa, a possibilidade de troca está sempre presente, o que não significa que todas as pessoas vão utilizá-la.

Freqüentemente na literatura (Bauman, 2004; Lipovetsky, 2007; Gomes e Júnior, 2007) observa-se que os autores tratam de um conflito existente entre o desejo de aproximação do outro e o receio de perder sua privacidade ou autonomia, o qual envolve todos os relacionamentos interpessoais, inclusive a amizade. Ao confrontar essa perspectiva com a pesquisa de Rezende (2002) acerca da amizade em Londres e no Brasil, é possível lembrar o quanto a cultura é importante ao se refletir sobre esse tema. A maioria da literatura citada acerca desse conflito é estrangeira e a referida pesquisa verificou que em Londres realmente um dos fatores preponderantes na amizade é esse conflito (a tensão residia no desejo de envolver-se com o outro e no temor de perder sua privacidade). Contudo no Brasil o problema era diferente: não se tratava de dificuldade em estabelecer relações, mas em saber distinguir se estas eram verdadeiras, confiáveis ou não. Portanto, essa análise sugere que há uma necessidade de se realizarem pesquisas no Brasil sem o prisma das teorias estrangeiras, a fim de compreender como tem se mostrado essa questão aqui. Pode-se sugerir como um dos fatores que influenciaram nessa pesquisa, o fato de ter sido realizada no Rio de Janeiro, refletindo uma realidade carioca que muitas vezes pode se relacionar com a chamada “cordialidade brasileira”. Para Sérgio Buarque de Holanda (1999, citado por Amorim, 2007, p. 24):

A contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial” a lhanza do trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em quem permanece ativa e fecunda a

influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal.

Talvez esse seja apenas um dos fatores que podem ter influenciado na pesquisa. No Brasil talvez seja mais fácil denominar alguém “amigo” sem, no entanto, considerá-lo realmente como tal, surgindo posteriormente o problema de saber se a amizade é verdadeira ou não. Ainda é interessante considerar que, se essa pesquisa fosse realizada em Brasília, provavelmente encontraria resultados mais semelhantes ao londrino, uma vez que a capital do Brasil é uma cidade em que essa dimensão de “cordialidade brasileira” não é muito difundida e o individualismo é acentuado. Todas essas ponderações sugerem a necessidade de mais pesquisas para se compreender como esse fenômeno tem se mostrado no Brasil, considerando, inclusive, as diversidades regionais.

Diante desse panorama, é preciso considerar que, mesmo com todas as dificuldades citadas, a amizade ainda é um fenômeno extremamente presente e importante para o sujeito, a despeito da pouca relevância atribuída ao tema na literatura. Observa-se que, na contemporaneidade, ela tende a se estabelecer dentro de determinados espaços sociais, porém ela não perde a sua dimensão de troca e seu aspecto de facilitador de crescimento e desenvolvimento do sujeito, ao possibilitar constantes ressignificações.

2.2.2. O relacionamento amoroso e as novas possibilidades

O relacionamento amoroso, ao contrário da amizade, é amplamente discutido na literatura. Entretanto, as reflexões sobre esse tipo de relacionamento geralmente trazem as mesmas perspectivas das considerações tecidas acerca das relações interpessoais de forma geral, principalmente no que diz respeito à mercantilização das relações. No entanto, a esses

fatores já citados, acrescentam-se as transformações ocorridas na sexualidade e na conjugalidade.

Touraine (1998) relembra que, apesar da literatura frequentemente tratar dessa forma, o amor não se reduz a nenhuma forma de consumo. Não se pode entender como se dão as relações amorosas pós-modernas apenas a partir da perspectiva de que o relacionamento consiste em uma relação de consumo na qual se permanece junto enquanto gera satisfação e descarta-se, quando não mais satisfaz. Observa-se, na atualidade, que este é apenas um dos componentes do chamado relacionamento amoroso, não podendo reduzi-lo a isso. Contudo, como esse ponto de vista é predominante na literatura, ele será trazido neste trabalho, a fim de se estabelecer algumas reflexões.

O sociólogo francês Eugène Enriquez (2007) coloca que o amor na contemporaneidade é precário e sempre considerado um problema para o qual deve-se achar uma solução. Bauman (2004) também pensa o amor como uma relação de troca. Ele argumenta que o amor é um investimento como os outros, pressupõe tempo, dinheiro e esforços e se espera lucro na forma de segurança, carinho e companheirismo. Giddens (1993, citado por Petrini, 2005) em certo momento também compartilha dessa visão ao pontuar que “se entra em uma relação social pelo que pode ser derivado por cada pessoa (...) e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes, para cada uma individualmente, para nela permanecerem” (p. 32). Esse é um dos pontos de vista mais trazidos na literatura, porém não se mostra suficiente para entender a complexidade dos relacionamentos amorosos, o porquê de tanta insatisfação na contemporaneidade. Será que a superficialidade das relações é explicada apenas por meio da interferência da economia em todas as esferas sociais? Apesar dessa explicação ter sua validade, observa-se que é apenas uma perspectiva diante da situação. Outros fatores que atuam nessa configuração serão explicitados a seguir.

É relevante pontuar que na atualidade coexistem visões “modernas” e “pós-modernas” sobre os relacionamentos. Durante muito tempo o modelo idealizado de família referiu-se à família nuclear, contudo, nessa família, o casamento nem sempre era por amor e a convivência muitas vezes era pacificada por meio de uma resignação feminina e do cumprimento do papel provedor masculino. Nesse tipo de relação o apaixonamento e a satisfação freqüentemente davam lugar ao respeito, ao companheirismo e à resignação. Todavia, o homem “protegia” a mulher e era a figura forte da relação, a despeito dos constantes relacionamentos extraconjugais. Nesse modelo de relacionamento entre um homem e uma mulher não havia espaço para a sexualidade tal qual é pensada hoje. O que impera na presente época é a satisfação em um relacionamento, tanto emocional, quanto sexual. Uma das problemáticas da questão é que esse modelo de relacionamento não deixou de existir, mas agora tem que dividir espaço com outras possibilidades, o que freqüentemente gera contradições no sujeito, o qual anseia por estar junto, pelo antigo companheirismo, mas também por atender a todos os desejos que irrompem na atualidade. Conforme colocam Abeche e Rodrigues (2005), o casamento deixou de ser encarado como a modalidade exclusiva de relacionamento. Na contemporaneidade, surgem inúmeras possibilidades, as quais estão intrinsecamente relacionadas às transformações na forma de se lidar com a sexualidade.

Para Lipovetsky (2007) atualmente há uma superexposição do sexo e de suas formas mais diversificadas (sodomasoquismo, homossexualismo, orgias, etc.), sendo que esse fenômeno associa-se a uma transposição da otimização do desempenho também para essa esfera, corroborando a idéia da exaltação da excelência e da performance. Essas novas possibilidades, aliadas a outras transformações relacionadas às questões de gênero, trouxeram para dentro de casa um universo muitas vezes inexplorado da sexualidade. A satisfação sexual no relacionamento amoroso tornou-se mais que um direito, quase um dever. Essa

configuração possibilitou aos dois sexos o relacionamento apenas por prazer, contudo não fez com que as necessidades afetivas desaparecessem, o que provoca muitas vezes um conflito no sujeito. Bauman (2004) coloca que o orgasmo é intenso, mas transitório e periódico, portanto não satisfaz completamente. Isso faz com que muitas vezes o sujeito fique em um ciclo vicioso no qual busca a satisfação, mas nunca a tem, pois existe uma outra dimensão que não é suprida, fortalecendo as idéias de Lipovetsky (2007) acerca da extrema valorização que o amor tem na contemporaneidade. Entretanto pode-se observar que freqüentemente esse amor é idealizado em meio a esse conflito entre o “antigo” e o “novo”, o “moderno” e o “pós-moderno”.

Todas essas transformações ocorridas na sexualidade não podem ser dissociadas da forma como se vive a conjugalidade na contemporaneidade. Conforme sugere Féres-Carneiro (1998), a escolha amorosa na atualidade realiza-se muito mais em função do desejo e do amor do que por outros critérios. É claro que existem outros motivos para se casar, como a conveniência, porém nesse trabalho trata-se das relações amorosas, as quais envolvem, portanto, o amor e a afetividade. A autora também pontua que “o casal contemporâneo é confrontado por duas forças paradoxais, ou seja, pelas tensões entre individualidade e conjugalidade” (Féres-Carneiro, 1998, p. 379). Sob essa perspectiva, percebe-se que a individualidade, a autonomia e a satisfação de cada cônjuge são muito valorizadas, tornando-se difícil manter um casamento por outros motivos. Para Gomes e Paiva (2003) o casamento hoje deve estar ligado a uma noção de mutabilidade, transformação, flexibilidade em relação ao novo e diferente, constituindo um espaço de desenvolvimento interpessoal e criatividade. Acrescente-se, ainda, a essas considerações que hoje o casamento também está bastante relacionado à realização pessoal.

Questiona-se muito na literatura acerca do futuro do casamento e do aumento de divórcios. No entanto, observa-se que no Brasil, conforme dados do IBGE, em 1998 foram

realizados 103.860 divórcios e 626.984 casamentos, enquanto em 2006 realizaram-se 162.244 divórcios e 758.224 casamentos. Portanto observa-se que o número de divórcios aumentou, porém o número de casamentos também, sendo que este é significativamente maior que o de divórcios. Esses números corroboram o ponto de vista de Féres-Carneiro (1998, p. 5) para quem “os indivíduos se divorciam não porque o casamento não é importante, mas porque sua importância é tão grande que os cônjuges não aceitam que ele não corresponda às suas expectativas”. Os relacionamentos não perderam sua importância, ao contrário, talvez os sentimentos tenham assumido até mais relevância. O problema observado é que, muitas vezes, as pessoas não conseguem se manter juntas, sendo este fator relacionado a inúmeros aspectos além da mercantilização das relações. Talvez haja um grande contraste entre as relações perfeitas idealizadas e as relações reais, muito relacionado à coexistência de antigos e novos modelos, que faz com que a pessoa desista da relação e saia em busca de outra “perfeita” ao se deparar com a realidade que se apresenta, ou, ainda, Giddens (1983) esteja certo quando afirma que há uma eterna busca daquela primeira sensação mobilizadora de prazer, do apaixonamento. Lipovetsky (2007) cita outros fatores: a diminuição da vida sexual com o passar do tempo, a solidão, as perdas de desejo do outro, as incompreensões do casal, o desencanto amoroso, a “rotinização” da relação e as mágoas sofridas por cada um. Devem-se pontuar, ainda, outros aspectos relacionados ao trabalho, como o tempo a ele dedicado e a grande valorização da vida profissional, em detrimento de outros campos, conforme abordado no início deste capítulo. Experiências vividas nas famílias de cada pessoa também podem ser significativamente importantes, já que “marcam” o indivíduo. Souza (2005) demonstrou, por meio de uma pesquisa qualitativa, que a superficialidade, a efemeridade, a insegurança e a frustração nos relacionamentos amorosos do entrevistado não eram derivadas da mercantilização das relações, justificativa comumente utilizada, mas sim de fortes experiências vivenciadas em sua família, corroboradas por novas frustrações quando

adolescente, as quais foram subjetivadas como dificuldades em se relacionar com outras pessoas por meio da construção de uma emocionalidade negativa. Portanto, são inúmeros os fatores que podem estar relacionados às dificuldades contemporâneas de relacionamento, sendo que muitos destes já existiam na modernidade, mas assumiam outra forma. Deve-se ressaltar ainda que viver a conjugalidade pressupõe lidar concomitantemente com o prazer e o desprazer, além de necessitar de muito companheirismo e tolerância ao diferente, para os quais muitas pessoas não estão preparadas.

Ao se refletir sobre o sujeito e o relacionamento amoroso, observa-se que há uma valorização da vida afetiva, contudo também existe uma dificuldade das pessoas em continuarem juntas. As necessidades afetivas continuam existindo e motivando o sujeito para buscar novos relacionamentos, porém percebe-se uma dificuldade na articulação dessas necessidades com as possibilidades de relacionamento na contemporaneidade. No entanto, é importante ressaltar que não se pode universalizar os conflitos, tendo em vista que ainda existem inúmeros casais que conseguem estabelecer uma relação profunda de companheirismo, de troca e crescimento. Ao se pensar sobre fatores que estão relacionados aos conflitos contemporâneos, destacam-se as transformações na sexualidade e na própria concepção do relacionamento que coexistem com antigos modelos.

3. A família na pós-modernidade

Discutir a questão do sujeito na pós-modernidade também implica considerar a família e suas transformações, pois ela se configura como um dos primeiros e principais espaços de relacionamento interpessoal do sujeito, sendo fundamental na construção da subjetividade. Trata-se de uma dimensão qualitativa preponderante na construção dos sentidos subjetivos através das primeiras experimentações do sujeito acerca de suas vivências e

emoções. Experiências familiares tornam-se marcantes para a pessoa e formam registros que se prolongarão no tempo, sem, contudo, determiná-la. Souza (2005), ao realizar uma pesquisa qualitativa acerca da importância da família na organização da subjetividade, corrobora a relevância desse espaço para o sujeito e para formação de sua identidade, afirmando que “nela, os membros estruturam suas relações e definem os papéis individuais e coletivos não apenas para resolução de conflitos naturais, mas, sobretudo, para fortalecer cada um na busca acirrada pela sobrevivência e inserção social” (p. 42).

O termo “família” frequentemente remete à família nuclear, apesar da contemporaneidade ser marcada justamente pelo surgimento de novas formas de organização familiar. Vaitsman (1994, pp. 51-52) pontua que “nas condições de vida atuais não existe mais um modelo dominante de família, pois nenhuma estrutura ou ideologia surgiu para substituir a família moderna”. No entanto percebe-se que muitas vezes o modelo da família nuclear ainda é hegemônico no imaginário social com um modelo ideal de família, apesar das constantes transformações e coexistência com outros modelos. Santos e Oliveira (2005) argumentam que “a família pensada, a representação de família que guia as condutas tanto dos profissionais quanto das pessoas de modo geral é a família nuclear, ‘base de tudo’, ‘lugar de afeto’ e de relações estáveis” (p. 59). Talvez por as configurações atuais muitas vezes não se encaixarem nesse modelo, alguns autores anunciam a morte, ou a crise da família, o que na verdade não se verifica. Deve-se considerar, acima de qualquer modelo pré-estabelecido, a qualidade das relações familiares estabelecidas e como esse meio se configura como promovedor de crescimento e desenvolvimento do sujeito ou de patologização, independente de sua estrutura. Deve-se ressaltar, ainda, que a despeito da preconização do fim da família, conforme considerado no item anterior acerca do casamento, as pessoas continuam buscando formar suas famílias, porém elas podem tomar formas diferenciadas.

No presente trabalho deve ser observado que, por questões metodológicas, será feito um lamentável recorte, o qual é constantemente usado na psicologia, pois na maioria das vezes que se trata das transformações ocorridas na família, refere-se às famílias de classe média ou classe média alta, o que não significa que famílias de classe baixa também não tenham sofrido consideráveis mudanças. Contudo esse tipo de organização possui algumas peculiaridades que não são refletidas nas considerações a serem realizadas.

A família, como já afirmado, é uma importante instituição que permeia a vida do sujeito e que está diretamente relacionada a outros espaços sociais, sendo afetada por transformações ocorridas no Estado, na economia, no mercado, no trabalho, etc. Dentre essas transformações pode-se citar: a exigência de dedicação cada vez maior ao trabalho; o exacerbamento do consumo; a interferência cada vez menor do Estado na regulação das práticas sociais; o advento de novas tecnologias; o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, etc.

Como visto anteriormente, a família nuclear não é mais a única possibilidade de família. Atualmente emergem novas estruturas, como a família monoparental, freqüentemente “chefiada” pela mulher, ou a chamada “família mosaico” derivada dos constantes recasamentos. Durante as últimas décadas, a questão da separação dos casais foi bastante discutida, sendo inicialmente considerada como fator determinante para a patologização dos filhos. Contudo, o que é possível se verificar na atualidade, diante das freqüentes separações conjugais, é que o acontecimento objetivo jamais pode ser considerado como causalidade linear para o sofrimento psíquico. A subjetividade individual é extremamente complexa e por meio dela o sujeito constrói soluções criativas para lidar com as dificuldades. O que se observa é que a qualidade das relações é mais importante que os fatos objetivos, pois como lembra Souza (2005, p. 57):

Ignorar as habilidades e competências individuais é incorrer no erro de comparar todos os seres humanos da mesma forma, apenas com base em números e informações situacionais, passando a impressão de coincidência já que as particularidades individuais não ocupam o papel merecido.

Diante dessa perspectiva não se pode falar em “família desestruturada” e sim em famílias nas quais as relações não promovem a saúde do sujeito, sem esquecer de que o sujeito é capaz de transcender a essa condição, pois suas necessidades afetivas podem encontrar respaldo em outras relações ou mesmo em outras pessoas do convívio familiar, como irmãos, tios, avós, etc.

Uma transformação frequentemente citada em relação à família moderna é a horizontalização das relações. A família moderna era marcada pela autoridade e controle, mas na contemporaneidade observa-se que muitas famílias têm se organizado em torno do diálogo e de negociação. Sluzki (1997, p. 28) coloca que “o valor da igualdade foi progressivamente assimilado ao cotidiano da convivência familiar, dando origem a formas mais democráticas e igualitárias de partilhar tarefas e responsabilidades entre marido e mulher”. Deve-se destacar que a busca da igualdade não tem se mostrado uma característica apenas da relação conjugal, mas principalmente da relação pais e filhos. Henriques, Feres-Carneiro e Magalhães (2006) também corroboram esse ponto de vista ao afirmar que:

No âmbito familiar, a horizontalização das relações interpessoais inaugurou o conceito de família igualitária, noção que, em linhas gerais, foi forjada em um reino de pluralidade de escolhas no qual as diferenças individuais são percebidas como mais importantes que as sexuais e de idade. Sendo assim, os papéis familiares sofreram mudanças expressivas, o território familiar deixou de ser uma microarena, como na geração

passada, e tornou-se um espaço democrático e privilegiado, em que sobressaem a segurança, a confiança e o apoio entre os membros (p. 333).

Contudo, apesar dessa flexibilização das relações ter concedido mais espaço ao sujeito, verifica-se que muitas vezes ela é subjetivada como a ausência de um limite, o qual se relaciona não apenas à horizontalização das relações, mas também a uma busca dos pais em compensar o tempo dispensado ao trabalho em detrimento do convívio familiar, pois freqüentemente escutam-se fases como “passo tão pouco tempo com meu filho, que no momento em que estou com ele não vou ficar brigando, ditando regras”. Vaitsman (1994) ressalta essa contradição ao pontuar que “a dificuldade de conciliar o tempo e o espaço socialmente exigidos para o desempenho das atividades extradomésticas acentuou-se” (pp. 173-174). Pode-se perceber, diante dessa configuração, que muitas vezes a função da transmissão de valores fica direta ou indiretamente conferida à mídia e às escolas, fazendo com que as relações estabelecidas nesses espaços adquiram ainda maior importância na constituição do sujeito, corroborando a idéia de que não se pode determinar o sujeito apenas por suas relações familiares.

Ao se falar em família, não se pode deixar de considerar as transformações ocorridas nas concepções de gênero na contemporaneidade. Sobre essa questão, Gomes e Paiva (2003, p. 5) colocam que:

O homem se torna frágil perante uma sociedade competitiva e estressante, na qual vai se tornando cada vez mais difícil desempenhar o papel de provedor da família, e não somente pela disputa da mulher no espaço externo ao lar. A mulher entra em sérios conflitos na escolha entre maternidade e/ou ascensão profissional, o que permite, hoje, o estabelecimento de casamentos sem filhos, por opção pessoal.

Observa-se que os conflitos em relação aos papéis masculinos e femininos referem-se principalmente à contraposição destes aos papéis mais fixos e determinados desempenhados na modernidade. A emergência de novas possibilidades provoca concomitantemente um fascínio pela libertação da rigidez dos papéis e uma incerteza derivada das múltiplas possibilidades de escolha. Todavia, é relevante ressaltar que a contemporaneidade talvez não seja marcada por tanta liberdade, já que constantemente os novos papéis passam da esfera de possibilidade à imposição, como exemplo pode-se citar que muitas vezes fica difícil para a mulher contemporânea optar por ser dona-de-casa, já que a atualidade é marcada pela conquista das mulheres no campo profissional. Fica, portanto, um dilema para o sujeito. Feres-Carneiro e Negreiros (2004) pontuam uma importante contradição derivada desses novos paradigmas. Para a autora, o modelo moderno não satisfazia a mulher, uma vez que não havia espaço para que ela se colocasse no campo profissional e sexual, dentre outros. Contudo, a organização atual também não satisfaz, pois a mulher frequentemente sente-se sobrecarregada e frustrada. A autora realizou uma pesquisa na qual verificou que as mulheres estariam vivendo “o paradoxo de uma terceira opção idealizada e inacessível. Os dois modelos - antigo e novo - configuram-se testados e desaprovados” (p. 41). A autora relata, ainda, a percepção de uma “culpa” nas mulheres por não conseguirem desempenhar todos os papéis que lhe cabem na pós-modernidade: mãe, esposa e profissional dedicada, sendo que foi relatado pelas pesquisadas “uma aspiração de volta, algo mágica, ao mundo privado, de resgate de um ‘reinado’ no lar, para obter paz, aconchego e plenitude” p. (41).

É interessante observar que o paradoxo contemporâneo não se refere apenas às mulheres, pois todas essas transformações afetaram consideravelmente o masculino, que não perdeu totalmente seu papel de provedor, mas convive agora, assim como as mulheres, com a necessidade de ser um “super-homem”, expressão sugerida por Lipovetsky (2007). O homem,

além de provedor, agora deve ser bom pai e saber lidar com todas as transformações que afetaram as mulheres. Gomes e Resende (2004) realizaram uma pesquisa que trouxe importantes reflexões acerca do papel do pai na família contemporânea. De provedor e símbolo de autoridade, observa-se uma abertura à expressão da afetividade de um modo diferenciado da família moderna. A pesquisa teve como amostra pais cujos pais faziam parte de um modelo “moderno” de família e foi verificado que há uma tendência nos pais contemporâneos a conceder ao filho o afeto em forma de carinho que não obtiveram dos “pais provedores”, assumindo “uma paternidade ligada mais ao afeto, à partilha e ao diálogo, seja com os filhos, seja com a esposa” (p. 123). Observa-se que hoje há um modelo de pai mais participativo, situação observada nas novas demandas que surgem nos consultórios e no judiciário, a exemplo da alienação parental, que a princípio se aplica a qualquer um dos cônjuges, mas na qual se observa muitas vezes a esposa na condição de alienadora e o pai na busca de exercer seu direito de ser pai. Os referidos autores concluem que “trata-se de um pai mais presente e identificado com as exigências contemporâneas da família, que expõe sua face afetiva e próxima da intimidade cotidiana, de modo oposto à concepção tradicional que exigia distanciamento físico e afetivo” (p. 124).

Portanto observa-se que nas últimas décadas ocorreram importantes mudanças na forma das famílias se organizarem, principalmente através de transformações relacionadas à sociedade de um modo geral e às questões de gênero. Percebe-se que há uma coexistência de antigos e novos modelos familiares, o que muitas vezes gera conflito. Contudo, a despeito do aspecto favorecedor do conflito, na atualidade também é oferecida ao sujeito uma maior diversidade de opções, o que de certa forma liberta-o da imposição de um modelo único, mas faz com que surjam novas demandas para as quais freqüentemente ele ainda não está preparado. No entanto, é preciso lembrar que, conforme colocado por González Rey (2004, citado por Castro, 2005, p. 11) “as emoções representam um momento da qualidade do

relacionamento entre os indivíduos e seu meio, e estão comprometidas, simultaneamente, com os processos de auto-organização da subjetividade”. Essa perspectiva implica considerar que as emoções e sentidos que surgirão a partir das novas organizações familiares e das relações interpessoais do sujeito não são determinadas pela estrutura familiar. Apesar dessa instituição ser de grande importância, elas terão relação com todas as questões discutidas no presente capítulo, as quais serão subjetivadas de forma singular.

Ao se pensar sobre o sujeito e suas relações com o trabalho, a amizade, as relações amorosas e a família na pós-modernidade, percebe-se que existem inúmeros fatores que são favorecedores do surgimento de conflitos e patologias. Contudo, a forma com que essas transformações sociais são subjetivadas é extremamente particular, fazendo com que a subjetividade não seja expressão imediata dos espaços sociais. Apesar das dificuldades em se manter relações na pós-modernidade e do surgimento de inúmeras possibilidades que trazem consigo uma incerteza, o sujeito é ativo na subjetividade social e não se pode determinar *a priori* os sentidos que serão construídos acerca de suas vivências em seu meio. Conforme relembra Ribeiro (2007, p. 51) “a configuração subjetiva de um estado psicológico não é a expressão imediata de algo que acontece, mas a produção progressiva de coisas que acontecem e de outras criadas subjetivamente pela pessoa, como uma produção pessoal da experiência vivida”.

Capítulo 3

NOVAS PERSPECTIVAS PARA A SAÚDE NA PÓS-MODERNIDADE

Ao se refletir sobre o sujeito e a pós-modernidade, não se pode deixar de considerar a importância da saúde e a articulação deste conceito com os espaços sociais nos quais o sujeito vive, principalmente no que se refere às reflexões estabelecidas nos capítulos anteriores acerca do trabalho, da família e das relações interpessoais, observando-se, ainda, como as patologias e a saúde se configuram na contemporaneidade. Na discussão desse tema considerar-se-á principalmente o aporte teórico de González Rey (2004a, 2005, 2007), o qual, a partir da teoria da subjetividade, concebe a saúde como um processo “complexo, multidimensional, diferenciado, contraditório e ativo” (2004a, p. 9).

Observa-se na literatura (González Rey, 1997, 2004a; Queiroz, 1986; Souza e Grundy, 2004; Traverso-Yépez, 2001) que esse tema ainda é muito influenciado pelo tradicional modelo biomédico, o qual se baseia principalmente no paradigma cartesiano de separação corpo-mente, eliminando o sujeito da doença. Nesta perspectiva o foco reside na doença, a qual geralmente é considerada como uma disfunção biológica e, portanto, corporal, separada do sujeito e do social no qual ele está inserido. Conforme apontado por Souza e Grundy (2004) o modelo biomédico tradicional “separa o corpo da mente, a doença do doente e o doente da sociedade” (p. 1355). Vale ressaltar que esse tipo de abordagem à saúde faz com que o sujeito muitas vezes se coloque em uma posição passiva, uma vez que ele não se sente implicado no processo, pois é apenas o médico (ou o remédio) quem detém o poder da cura para seu mal.

A psicologia, conforme colocado por Neubern (2004), também negligenciou importantes articulações entre o social e o individual, aplicando uma perspectiva reducionista ao seu objeto de estudo e universalizando os conceitos de tal forma que provocou em muitos

momentos a perda da singularidade. As chamadas patologias mentais também eram vistas de forma semelhante às “doenças do corpo” e eram agrupadas de acordo com seus sintomas, tornando-se verdadeiras estruturas universais, como observado na caracterização de estruturas, a exemplo da psicose, da neurose, ou do transtorno bipolar, as quais são baseadas em sintomas para que se estabeleça o diagnóstico, desconsiderando, muitas vezes, o sentido deste para o sujeito.

Sob essa perspectiva, durante muito tempo o sujeito e a sociedade foram excluídos dos estudos sobre a saúde, contudo verifica-se na pós-modernidade a emergência de um novo paradigma, o qual implica uma articulação entre o sujeito, que não é apenas o “portador” da doença, e a sociedade, que passa a ser percebida como fundamental na promoção da saúde e na construção da patologia.

A partir do enfoque que tem sido dado para a saúde até o momento, observa-se que a própria definição do termo ainda não é precisa. Ao se discutir esse tema, é necessário considerar o caráter cultural do próprio conceito, o qual faz com que sua definição se diferencie de acordo com o contexto. Outro fator que influencia significativamente na conceituação de saúde, principalmente nas ciências sociais, é a base epistemológica adotada. Sarriera et al (2003) realizaram uma pesquisa com diversos psicólogos de diferentes abordagens e perceberam uma grande dificuldade na conceituação do termo, sendo que esta se focava no indivíduo, no social ou na interação entre os dois, de acordo com a visão de homem que cada abordagem possuía. Para psicólogo comunitário, por exemplo, a pessoa é saudável “quando está inserido ativamente na comunidade” (2003, p. 93), enquanto para o psicólogo clínico de abordagem psicodinâmica, a saúde possuía um componente individual muito mais forte que o social, sendo que a cura estava focada no sujeito. Observa-se, portanto, que há uma dificuldade em definir o que é saúde e, na maioria das vezes que se tenta estabelecer uma conceituação para o termo, esta fica restrita ao contexto cultural e à base epistemológica

adotada. A Organização Mundial de Saúde (1987, citado por Sarriera et al, 2003) propõe uma definição abrangente, caracterizando-a como “completo estado de bem-estar físico, psicológico e social” (p. 91). No entanto, essa caracterização é bastante questionada, uma vez que a definição do que é bem-estar é extremamente subjetiva, além de ser muito difícil que uma pessoa apresente esse completo bem-estar em todas as áreas de sua vida. Tendo em vista as ambigüidades geradas por essa conceituação, Segre e Ferraz (1997, p. 542) sugerem que “a saúde é um estado de razoável harmonia entre o sujeito e a sua própria realidade”. Nota-se que essa aceção também gera alguns questionamentos quanto aos termos utilizados. Ao se refletir sobre o que significa “saúde”, percebe-se que não há como sugerir conceituações que não sejam subjetivas, uma vez que ela é essencialmente um processo subjetivo no qual deverão ser consideradas a singularidade e a complexidade. Contudo, na presente reflexão, o critério para definição de saúde estará atrelado principalmente à emocionalidade produzida, uma vez que, conforme sugerido por González Rey (2004a, p. 84) “as emoções, no organismo humano, constituem-se em um ponto de interseção entre o funcionamento psicofisiológico, subjetivo e social...”. Sob essa perspectiva, o cerne do critério na definição de saúde será as emoções, pois estas podem contribuir para o desenvolvimento do sujeito ou tomarem forma prejudicial na subjetividade.

Portanto, a despeito das dificuldades na conceituação do termo, advindas principalmente da singularidade dos processos subjetivos, a saúde será apresentada neste trabalho a partir do enfoque da teoria da subjetividade (González Rey, 2004a), a qual considera que sua produção se dá em uma configuração subjetiva que envolve fatores culturais, sociais, biológicos e psicológicos em todas as suas expressões e articulações, de um modo dinâmico e complexo. A saúde, sob esse ponto de vista, não se apresenta como um estado, ou ausência de sintomas, ou, ainda, como equilíbrio, e sim como uma produção do sujeito, uma otimização de seus recursos que faz com que ele produza alternativas diante da

tensão. González Rey (2004a, p. 5) a conceitua como “um processo qualitativo complexo que define o funcionamento completo do organismo, integrando o somático e o psíquico de maneira sistêmica, formando uma unidade em que ambos são inseparáveis” (2004, p. 5). O autor sugere que se trata de um processo único, com manifestações próprias, plurideterminado e singular, “um processo integral que otimiza os recursos do organismo para diminuir sua vulnerabilidade diante dos diferentes agentes e processos causadores da doença” (1997, p. 4).

Observa-se que, para se discutir a saúde na contemporaneidade, é preciso retomar seu caráter social, o qual foi bastante negligenciado sob um paradigma positivista e mecanicista da saúde. Dessa forma, ao se considerar esse tema, procurará se destacar esse aspecto social, o que não significa que este seja mais importante que outros aspectos na construção da saúde ou da doença, mas que ele merece destaque nesse momento por ser menos freqüente na concepção tradicional de saúde. Nesse sentido, Souza e Grundy (2004) consideram que a saúde está diretamente relacionada a aspectos sociais como à qualidade de vida, à equidade na distribuição de renda, às normas de reciprocidade e solidariedade, à confiança mútua, aos fatores socioeconômicos, ao engajamento cívico e às redes de associações. Para Queiroz (1986, p. 314) “a saúde e a doença dependem do relacionamento tanto das diferentes partes do organismo entre si como deste com o seu contexto sócio-cultural”. Para aprofundar essa relação dialética entre o social e o individual na saúde, observar-se-á como a patologia se relaciona com estes conceitos na pós-modernidade.

3.1. A patologia na pós-modernidade

González Rey (2007) argumenta que prefere usar o termo “psique geradora de danos” para evitar a expressão “patologia”, uma vez que esta remete à anormalidade e a um objeto separado do sujeito e de seu contexto histórico cultural. Contudo, neste trabalho será

usado o termo “patologia” para designar um estado da psique “no qual o sujeito perde sua capacidade geradora e não tem opções diante do impulso proveniente da configuração subjetiva” (González Rey, 2007, p. 158). Não se tratando, portanto, de nenhuma conotação de “anormalidade” ao termo e sim de uma produção subjetiva do sujeito. Sob esse enfoque, a doença, assim como a saúde, advém da convergência de múltiplos fatores, os quais se relacionam em determinado momento fazendo com que surja a patologia. É possível entender essa convergência tomando-se como referência o conceito de sentido subjetivo, o qual envolve as emoções e os processos simbólicos, não podendo ser compreendidos fora da relação dialética entre o individual e o social. Para González Rey (2007), sentidos subjetivos podem se transformar em configurações subjetivas “quando passam a ter um caráter autogerador de um tipo particular de processo psíquico, que se torna dominante com relação a outros, em um campo definido de atividade ou relação humana” (pp. 140-141). Nessa perspectiva pode-se tomar como exemplo sentidos subjetivos que expressam emoções de fracasso, inutilidade em determinados campos da vida como no profissional, e que podem se estender para os demais espaços, tornando-se uma configuração dominante. Essa perspectiva se coaduna às idéias defendidas pelo referido autor quando este afirma que “o limite da saúde e da ‘patologia’ estaria, para mim, na impossibilidade de o sujeito produzir novos sentidos subjetivos ante uma condição que o afeta” (2007, p. 158), sendo que a incapacidade de produzir novos sentidos pode estar relacionada à “hegemonia das configurações subjetivas dominantes sobre a processualidade geradora de sentidos, o que caracteriza o sujeito”. A partir dessas considerações, conclui-se que a patologia advém de configurações dominantes que impedem o sujeito de continuar produzindo alternativas sadias para lidar com as dificuldades.

Contudo, é preciso reafirmar que a patologia toma forma em um sujeito concreto e social, o qual a vivencia de forma singular. Nessa perspectiva, será fundamental considerar a

emocionalidade produzida nos espaços sociais que permeiam o sujeito, uma vez que estes serão subjetivados como zonas de tensão que podem favorecer ou prejudicar o desenvolvimento do sujeito. Conforme considerações anteriores acerca do trabalho, por exemplo, não se pode afirmar que as tensões características das constantes exigências desse espaço serão subjetivadas como sofrimento e estarão relacionadas necessariamente à doença. É interessante ressaltar que essas tensões também podem ser vivenciadas como estímulos para que o sujeito se mobilize em determinada atividade e podem, ainda, se relacionar a necessidades do sujeito, se configurando como sentidos de utilidade social, por exemplo.

É relevante pontuar que, diante da relação dialética entre a subjetividade social e a individual na patologia, a forma que a doença toma no sujeito também fornece indicadores acerca da organização social. Para Herzlich (1991, citada por González Rey, 2004b, p. 124) “por meio da saúde e da doença, temos portanto acesso à imagem da sociedade, de suas ‘imposições’ tais como o indivíduo as vive. Englobada nesta imagem a doença adquire um significado”. González Rey (2004b) também considera que “toda ‘patologia’ social vai envolver uma dinâmica social que nos informa sobre a organização da sociedade em que esta se apresenta, mas também todo sistema tende a ocultar a leitura social dos processos de saúde e doença” (p. 120). Nesse sentido, ao se observar como se caracteriza frequentemente a vivência da depressão, patologia comum na atualidade, e seus sentidos para o sujeito, pode-se perceber como a organização social é vivenciada pelo sujeito. É interessante perceber nas considerações de González Rey que o caráter social da saúde e da patologia tende a ser velado, uma vez que, conforme discutido nos capítulos anteriores, a responsabilização do sujeito permite frequentemente desconsiderar a influência da responsabilidade social pelos processos subjetivos que o permeiam. Sobre essa questão, Traverso-Yépez (2001) pontua que “decorrente desse acentuado individualismo e antropocentrismo do sistema, condiciona-se uma visão descontextualizada dos comportamentos humanos, focalizando a responsabilidade

das doenças e sofrimentos nos indivíduos, tanto em seus estilos de vida considerados como inadequados quanto nos denominados aspectos ‘mórbidos’ da personalidade” (pp. 53-54). A partir dessas considerações percebe-se o quanto o social se entrelaça com o individual nos seus mais diversos aspectos, perpassando todo o processo de subjetivação e reafirmando freqüentemente a responsabilização do sujeito.

Acerca do contexto pós-moderno na patologia González Rey (2004b) coloca que:

A competição, a luta pelo emprego e a vida que caracteriza hoje a maioria das sociedades latino-americanas tem muito a ver com a produção de uma emocionalidade patológica, envolvida com os processos de gênese e evolução das doenças no continente, assim como ao espaço simbólico atribuído à doença na sociedade (p. 126).

A observação de González Rey demonstra como a subjetividade social e a individual se perpassam na patologia por meio da emocionalidade produzida nos diversos contextos sociais, principalmente nos contextos mais amplos como o trabalho e a economia. Gaulejac (2001) também estabelece uma reflexão semelhante ao analisar o que ele denomina “neurose de classe”, caracterizada pela influência das questões relacionadas à divisão social de classes e ao sofrimento do sujeito.

Em relação à sociedade contemporânea, Oliveira (2006) estabelece importantes reflexões acerca dos conflitos enfatizados nesse contexto. Dentre as patologias destacadas pelo autor na sociedade pós-moderna estão os transtornos alimentares (anorexia, bulimia e obesidade), a síndrome do pânico e a depressão. O referido autor estabelece conexões entre todas as patologias citadas e a presente configuração social, pontuando a influência da mídia e da cultura nos transtornos alimentares, o grande desamparo do sujeito frente às inúmeras possibilidades e a sua exclusiva responsabilização relacionados à síndrome do pânico e à depressão. Observa-se que todas as doenças citadas têm grande repercussão na atualidade e

possuem relação com organização social contemporânea. Entretanto, nesse momento se aprofundará na questão da depressão, uma vez que a preocupação com o aumento da sua incidência é um tema freqüente na literatura, além dessa patologia, conforme sugerido anteriormente, fornecer vários indícios sobre o funcionamento da sociedade pós-moderna.

A depressão é comumente analisada a partir do enfoque médico, o qual está relacionado à uma disfunção biológica que pressupõe a verificação de um conjunto de sintomas, a fim de que se estabeleça o diagnóstico. Freqüentemente essa perspectiva não contempla a forma singular que a doença é vivenciada pelo sujeito e como ela está relacionada ao contexto em que ele vive.

Ao se refletir sobre a literatura que trata do tema, observa-se, contudo, uma tendência contemporânea, principalmente na psicologia e na sociologia, a correlacionar essa patologia às vivências da sociedade pós-moderna. Daniel e Souza (2006) pontuam que “a depressão tem sido vista como um dos sintomas marcantes do mundo contemporâneo ocidental” (p. 117). Para os referidos autores ela está relacionada à fragilidade das relações interpessoais e ao exacerbamento do individualismo, os quais levaram a um esvaziamento do sujeito. Barbosa (2006) observa esse fenômeno de forma semelhante, correlacionando-o às dificuldades em se estabelecer vínculos, pois eles constantemente são superficiais, prejudicando o desenvolvimento da identidade do sujeito. Esteves e Galvan (2006) pensam a depressão a partir de outro enfoque, concernente ao excesso de liberdade, de possibilidades e de permissividade, os quais deixariam o sujeito desamparado diante de tantas opções. Certamente a patologia está relacionada a toda a dinâmica social citada pelos autores, a qual inclui uma dificuldade no estabelecimento de vínculos e uma ênfase no individualismo. No entanto, a perspectiva de Oliveira (2006) e de Ehrenberg (2000) parece bastante pertinente. No enfoque dos referidos autores a depressão é uma patologia emblemática da pós-modernidade porque trata justamente do conflito entre a liberdade alcançada e a

responsabilização exclusiva do sujeito, o qual leva freqüentemente a sentimentos de insuficiência e desamparo. Nas palavras de Ehrenberg (2000, citado por Oliveira, 2006):

A depressão nos instrui sobre a própria experiência atual da pessoa, pois ela é a patologia de uma sociedade na qual a norma não é mais fundada na culpa e na disciplina, mas na responsabilidade e iniciativa. Ontem, as regras sociais comandavam conformismos de pensamento, ou até automatismos de conduta; hoje, elas exigem iniciativa e aptidões mentais. O indivíduo é confrontado com uma patologia da insuficiência, mais do que com uma doença da falta, ao universo do disfuncionamento, mais do que ao da lei (p. 84).

A partir das considerações dos referidos autores percebe-se que a depressão pode ser vista como uma emocionalidade negativa, a qual muitas vezes não encontra uma representação, sendo colocada como um “vazio”, e que carrega consigo uma tristeza profunda e sentimentos de insuficiência e decepção. Contudo, deve-se destacar que a forma como essa tristeza é vivenciada é extremamente particular, mesmo que o sentimento tenha a mesma denominação para várias pessoas quando colocado como um sintoma. Percebe-se, portanto, que muitas vezes esse sofrimento do sujeito relaciona-se a uma impossibilidade deste de cumprir todas as exigências que lhe são impostas na sociedade contemporânea, o qual sente que é o único responsável por seus sucessos e fracassos, fazendo com que fique cada vez mais difícil para a pessoa perceber o quanto seu sofrimento está relacionado à uma organização social. Cenci (2004) realizou uma pesquisa acerca da depressão no contexto de trabalho e verificou que, para os entrevistados, a depressão estava ligada a questões pessoais e dependia exclusivamente da pessoa superá-la. Para a autora, as entrevistas demonstraram que o discurso dos trabalhadores reproduz “o sistema de explicação individualista e biologicista da depressão divulgado na mídia, visto que não há o reconhecimento da influência de aspectos

sociais como sendo também responsáveis pela produção dos sintomas depressivos, ou seja, só se aponta a responsabilidade individual” (2004, p. 36). Também é relevante pontuar que a dinâmica social contemporânea constantemente se contrapõe às necessidades do sujeito, visto que as crescentes exigências do trabalho e a vastidão de possibilidades, dentre outros fatores, fazem com que as necessidades afetivas do sujeito sejam negligenciadas em função de outras demandas, além de dificultar a percepção de novas necessidades que surgem no curso de suas atividades (González Rey, 2004a). Essas reflexões se coadunam com todas as discussões tecidas acerca do imperativo de otimização do desempenho, do tempo dedicado ao trabalho em detrimento das relações interpessoais, da competitividade, da performance exigida e do individualismo. Percebe-se que o enaltecimento da performance e da excelência faz com que o sujeito não consiga suprir suas necessidades mais prementes, pois passa a priorizar a imagem em detrimento de suas necessidades, favorecendo a construção de sentidos subjetivos ligados à depressão. Essa configuração pode ser observada ao se pensar sobre a família e as transformações abordadas no capítulo anterior, visto que o imperativo de excelência e de desempenho passou a envolver também as mulheres, o que fez com que as representações sobre o que é ser uma pessoa bem-sucedida ou uma boa mãe ou bom pai se transformasse profundamente. Diante dessas novas demandas, pode-se perceber que esse imperativo de excelência favorece constantemente a construção de sentidos subjetivos de insuficiência, pois, por mais que se pretenda atender ao trabalho e à família concomitantemente, freqüentemente não se consegue atingir um modelo idealizado de sucesso, tanto no âmbito profissional, quanto familiar.

Nessa perspectiva, Ehrenberg (2000, p. 12) sugere que “esta maneira de ser se apresenta como *una enfermedad de la responsabilidad*, em la cual domina el sentimiento de insuficiencia. El deprimido no está a la altura, está cansado de haberse convertido en si mismo”, sendo a patologia para o autor uma dupla manifestação da liberdade e do imperativo

de iniciativa individual, já que o sujeito tem o “dever” de tomar suas iniciativas. Cenci (2004) corrobora o ponto de vista do autor ao afirmar que na atualidade não há lugar para “perdedores”, ou seja, para os que não se encaixam no padrão contemporâneo de sucesso que é baseado principalmente no seu poder de consumo. Lipovetsky (2007) traz uma reflexão semelhante ao colocar que quanto mais aumentam as expectativas e as exigências das pessoas de proximidade emocional e de comunicação intensa, mais as decepções caracterizam as existências individuais, ou seja, o sujeito, assim como na perspectiva de Ehrenberg (2000), não consegue estar satisfeito diante do contínuo aumento das exigências e de direitos que freqüentemente o aprisionam em vez de libertar. Sob esse enfoque, destaca-se a questão das relações amorosas na contemporaneidade, pois, de acordo com o sugerido no capítulo anterior, as exigências em torno dessas relações e do próprio casamento expandiram-se profundamente, fazendo com que os crescentes divórcios e separações estejam constantemente relacionados a não satisfação das inúmeras expectativas que se tornaram verdadeiros modelos de relacionamentos ideais, a despeito das necessidades dos envolvidos.

Esse sentimento de insuficiência do sujeito também pode ser correlacionado ao que González Rey (2004a) trata como “impotência aprendida”, uma vez que a sociedade contemporânea favorece o surgimento desse tipo de sentido subjetivo. Para González Rey (2004a, p. 103) “a impotência aprendida é um mecanismo defensivo da personalidade diante de situações em que o sujeito encontra-se sem controle, ou com muito baixo controle, as quais geram uma elevada tensão psicológica”, sendo que ela está relacionada a um sentimento de fracasso como resultado, independente da postura que o sujeito tome. Pode-se observar que esse fenômeno está bastante relacionado à depressão na organização social atual, uma vez que ela é marcada pela falta de controle do sujeito diante das inúmeras possibilidades, o que não o exime de sua responsabilidade. Para o autor, a impotência aprendida está relacionada à passividade, desinteresse, perda do sentido da vida e de metas e objetivos, apatia e à

insegurança. Para ele os processos relacionados à impotência aprendida criam “um sentimento de solidão, de falta de estima e deficiência no indivíduo, que não se sente importante com relação a nenhuma esfera da qual participa, o que impõe obstáculos ao desenvolvimento saudável do sentido da vida” (2004a, p. 103). O autor também ressalta que ela depende dos relacionamentos interpessoais do indivíduo, incluindo a família e o trabalho, assim como outros mecanismos sociais.

Observa-se, portanto, que a depressão, assim como outras patologias, também possui um componente social, bem como biológico e psicológico. A partir de uma reflexão sobre a organização social contemporânea pode-se perceber que esta favorece o surgimento de sentidos subjetivos de fracasso e insuficiência, visto que há uma ênfase na responsabilização individual, na performance e na livre iniciativa, sendo, portanto, um dos aspectos da depressão.

Diante dessas considerações, é necessário lembrar que a subjetividade social não determina o surgimento da patologia, sendo esta plurideterminada, o que faz com que algumas pessoas vivenciem esse social de forma diferente e muitas vezes saudável, por isso é interessante refletir nesse momento sobre fatores que podem favorecer processos de saúde no sujeito.

3.2. Reflexões sobre o sujeito e novas possibilidades para a saúde na contemporaneidade

A partir das considerações realizadas acerca da multiplicidade de fatores que envolvem a patologia e de como a subjetividade social pode favorecer o aparecimento da doença, é preciso refletir sobre fatores que podem auxiliar o sujeito na produção da saúde. Nessa perspectiva é interessante ressaltar o ponto de vista de González Rey (2004b) para quem “a pessoa portadora de um processo de doença é ao mesmo tempo portadora de espaços

de saúde que preservam sua qualidade de vida” (pp. 126-127). Dessa forma é preciso pensar sobre quais seriam esses espaços de saúde, sem, contudo, deixar de considerar a singularidade desse fenômeno.

A saúde é um processo dialético, mas essencialmente relacionado à emocionalidade produzida pelo sujeito. Dessa forma, ao se discutir sobre fatores favorecedores de saúde no sujeito, deve-se considerar sempre a dimensão emocional dos fenômenos no sujeito concreto. São essencialmente as emoções, permeadas pelos processos simbólicos, que caracterizam a saúde e a doença. Entretanto, é necessário pontuar que não se trata de emoções unicamente individuais e biológicas, conforme se observa freqüentemente na literatura. Ao se ressaltar a importância dos processos emocionais para saúde, estas são consideradas sob a perspectiva de Neubern (2000) para quem as emoções:

Possuem um substrato biológico e se constituem enquanto ontologias subjetivas ao longo do desenvolvimento do sujeito que se dá em sua interação com o social. São, nesse sentido, internas, mas ligam-se de forma não linear com o espaço social. Compõem também um sistema interativo que implica na constituição de um sistema emocional, isto é, da conexão sistêmica das emoções individuais. São reconhecidas dentro de um discurso cultural que permite com que sejam designadas e construídas ao longo de seu processo (p. 161).

Nessa perspectiva, será fundamental considerar os processos emocionais que envolvem o sujeito e a subjetividade social na produção da saúde, sendo os processos de subjetivação intrinsecamente relacionados a essa condição, não se considerando nenhuma das instâncias envolvidas como independentes entre si, pois, conforme ressalta González Rey (2004a), o curso do processo de saúde “não se decide pela participação ativa do homem de forma unilateral” (pp. 2-3). Nessa perspectiva também é relevante ressaltar que a articulação

entre as emoções e as necessidades será fundamental no processo de saúde, uma vez que, conforme ressaltado por González Rey (2005, p. 245) “é a emoção que define a disponibilidade dos recursos subjetivos do sujeito para atuar”, sendo que essa disponibilidade estará profundamente relacionada às necessidades, pois freqüentemente é por meio da necessidade que o sujeito de mobiliza. Portanto, ao abordar esse fenômeno, também se deve considerar seus aspectos sociais mais amplos, os quais incluem a economia, a distribuição de renda, as instituições e o Estado, além de outras questões concernentes ao tema, como a personalidade, as emoções, o modo de vida e os processos de mudança humana. Acerca desse amplo contexto na pós-modernidade, o referido autor coloca que:

A incerteza, a dispersão, a falta de vínculos, a despersonalização do cotidiano e o efêmero de qualquer condição social são elementos que facilitam sentidos subjetivos associados à vivência da solidão, do vazio, da desconfiança e do medo que bloqueiam os vínculos com o outro, representando uma organização patogênica da organização social atual de um capitalismo, no qual a norma perdeu sua relação com os valores, passando a estar regida pelo dinheiro, o que traz infinitas conseqüências, que vão desde a corrupção até a dispersão social que torna inviável qualquer consenso (González Rey, 2007, p. 16).

Como, portanto, falar em saúde nesse contexto? Inicialmente deve-se considerar que o social permeia todos os processos de subjetivação do sujeito, mas não os define. Em segundo lugar, deve-se observar que o sujeito é ativo nos espaços sociais, podendo, portanto provocar mudanças nestes, como pontua González Rey (2007, p. 205) “toda mudança pessoal tem conseqüências políticas, se considerarmos como política toda ação que confronta o status atual de institucionalização hegemônica”. Além disso, é necessário destacar que, diante desse

panorama, o sujeito também pode produzir novos sentidos subjetivos, modificando as configurações associadas ao sofrimento.

A promoção da saúde sob esse enfoque deve abarcar o sujeito, o social e o biológico. Vale destacar, nesse momento, que o próprio psicólogo deve assumir uma postura menos reducionista, analisando o fenômeno dentro de seu contexto e buscando possíveis intervenções também no meio em que o sujeito vive, além de se colocar ativamente diante das instituições sociais. Conforme sugerido por Traverso-Yépez (2001, p. 54) “direitos sociais básicos como educação e a própria saúde constituem uma preocupação individual e não uma responsabilidade pública. Porém, consideramos que as mudanças devem se iniciar nos espaços de formação profissional”.

Observa-se que, neste ponto de vista, a forma de organização das instituições é extremamente importante para os processos de saúde. Para González Rey (1997):

As instituições, bem como as demais formas de constituição da subjetividade social, cooperam com a promoção e prevenção de saúde, não apenas desde a intenção explícita que as anima, senão também pelas características de seu funcionamento real, muitas vezes oculto ao discurso pelo qual se definem. Neste sentido, a qualidade dos sistemas de relações constituídos, a assimilação das diferenças individuais, a estimulação ao crescimento daqueles que a constituem, o diáfano no confronto das diferenças, a existência de um clima de diálogo, são, entre outros, alguns dos fatores que participam de forma decisiva na constituição de formas de subjetividade social que servem de base à promoção da saúde (pp 10-11).

Sob esse enfoque serão destacadas três instituições primordiais na promoção da saúde: a escola, a família e o trabalho.

A escola é uma instituição que desde a modernidade, na chamada sociedade do controle, tem assumido cada vez mais importância. Na sociedade contemporânea ela não assume a função apenas de disciplinar, mas também de educar a criança em todos os aspectos. Conforme observado no capítulo anterior, freqüentemente as crianças passam mais tempo na escola que com os pais, sendo a ela delegada inúmeras responsabilidades, o que enfatiza ainda mais a relevância dessa instituição. Para González Rey (1997, 2004a) a escola deve se preocupar não apenas em transmitir o conhecimento, mas principalmente em formar indivíduos ativos, seguros e interessados, educando também para um modo de vida saudável e promovendo o desenvolvimento do diálogo e dos relacionamentos interpessoais. Para tanto, é necessário que o modelo tradicional de educação mestre e aluno seja transformado e haja mais espaço para que o sujeito se coloque mais ativo em seu processo, característica necessária à promoção da saúde.

A família também se configura como uma instituição fundamental nos processos de saúde do sujeito, não somente para as crianças que experimentam suas primeiras vivências, mas também para os adultos que a compõe. A organização familiar muitas vezes favorece a patologia devido à qualidade das relações e dos aspectos comunicacionais. No entanto ela também pode ser promotora de saúde, principalmente no que se refere às necessidades afetivas, uma vez que muitas dessas necessidades do sujeito são desenvolvidas e supridas no curso das relações familiares. Pode-se observar que, quando há espaço para a afetividade e esta pode ser expressada e acolhida na família, isso é fator de bem-estar para o sujeito, sendo que o espaço dialógico para crescimento e desenvolvimento dos integrantes da família também é igualmente importante. Deve-se ressaltar, ainda, que, conforme colocado por González Rey (2004a), a família é uma das principais fontes de educação para os hábitos saudáveis. O referido autor destaca a função da família como promotora da saúde, principalmente nos primeiros anos da criança ao formar padrões sadios na satisfação das

necessidades de comunicação social, segurança e afeto. Ao correlacionar a saúde com a família e a escola, González Rey (1997) afirma que quando nestas instituições a criança está “livre de medo, ansiedade e insegurança, estados estes que negam sua legitimação individual, na verdade estas instituições estão promovendo saúde, porque a saúde é um processo histórico que se garante na continuidade da vida do sujeito concreto” (p. 10). Também é relevante destacar que a horizontalização das relações familiares discutida no capítulo 2 pode atuar de modo a favorecer o espaço de diálogo e de desenvolvimento do sujeito, uma vez que este tem mais abertura para se colocar, o que não pode ser confundido com a ausência de autoridade dos pais, a qual freqüentemente faz com que o sujeito tenha dificuldades em lidar com limites e frustrações. Nessa perspectiva é interessante destacar que as próprias transformações na estrutura familiar ocorridas na contemporaneidade também podem se configurar em fator de saúde ou doença. Seu aspecto favorecedor dos processos de saúde reside principalmente na possibilidade do sujeito buscar relações que atendam às suas necessidades, não precisando se ater apenas ao modelo nuclear da família.

A relação entre o trabalho e a saúde pode ser analisada a partir de duas vertentes nas quais ambas influenciam na saúde e no sofrimento. A primeira diz respeito à organização do trabalho, a qual inclui as condições do ambiente, da tarefa e da própria estrutura organizacional. A segunda perspectiva relaciona-se com a relevância atribuída a esse espaço na pós-modernidade.

A organização do trabalho envolve todos os aspectos organizacionais e sua relação com a saúde do trabalhador. Dejours, Abdoucheli e Jayet (2004) ressaltam o quanto a organização do trabalho pode influenciar no surgimento do sofrimento, correlacionando-o aos diversos aspectos concernentes, principalmente à tarefa desempenhada. Nessa perspectiva podem-se considerar as condições de trabalho, tais como o ambiente em que ele é exercido, a ventilação, a força despendida, o material manipulado, etc. As características da tarefa e o

modo como ela é organizada também são importantes, visto que, conforme demonstraram as pesquisas de Morin, Tonelli e Pliopas (2007) apresentadas no capítulo anterior, atividades menos repetitivas e que proporcionavam certo grau de raciocínio e autonomia estavam mais relacionadas ao sentido no trabalho. No entanto é necessário ressaltar a perspectiva de González Rey (2004a) para quem “a característica de ser saudável não é dada pelo tipo de atividade, mas pelo sentido qualitativo para o indivíduo” (p. 20). Todos esses aspectos organizacionais influenciam significativamente a saúde do sujeito, pois se trata do ambiente em que, na contemporaneidade, a pessoa passa mais tempo e, caso ele não seja subjetivado como um espaço de desenvolvimento e sim como um momento de opressão no qual o trabalhador sente-se demasiadamente injustiçado e sobrecarregado, podem surgir inúmeras patologias, como se já se observa na atualidade. Contudo, não se pode enfatizar apenas a possibilidade de favorecimento da patologia no trabalho, já que este também pode ser, muitas vezes, um grande fator de saúde apenas pelo fato de se estar trabalhando, pois, conforme discutido no capítulo anterior, o desemprego é um grande fator de sofrimento. Outros favorecedores de saúde também estão associados ao trabalho, como a inserção social que este permite. Por meio do trabalho o sujeito pode construir sentidos geradores de saúde associados ao sentimento de pertencimento a um grupo, além de sentidos subjetivos de utilidade. Sob esse enfoque González Rey (2004a) destaca a importância do trabalho para a saúde ao afirmar que “o interesse e a satisfação no desempenho dessa atividade têm uma função primordial no bem estar emocional do adulto, sendo, pois, um elemento essencial da saúde humana” (p. 39).

Outro aspecto na relação trabalho-saúde é a preponderância deste espaço na vida do sujeito na pós-modernidade. Observa-se que com as crescentes exigências em torno do trabalho, o sujeito possui pouco tempo para se dedicar a outras atividades, ocasionando freqüentes queixas quanto ao uso do tempo. Nessa perspectiva é interessante destacar que González Rey (2004a) considera a importância do tempo livre como indicador de saúde. Para

ele o tempo livre consiste em atividades nas quais o sujeito sente prazer e desfruta de sua realização. O trabalho também poderia ser uma atividade de tempo livre, uma vez que pode proporcionar profundo prazer em sua realização, entretanto percebe-se que não é isso que acontece com a maioria das pessoas, pois conforme colocado no capítulo anterior, o prazer está freqüentemente restrito aos tão esperados momentos de lazer. Contudo, o autor ressalta que esses momentos freqüentemente têm sido caracterizados por hábitos inadequados e prejudiciais à saúde, como o consumismo exagerado de comida ou objetos. É preciso destacar que a qualidade do tempo livre e sua contribuição para a saúde estão relacionadas ao prazer proporcionado pela atividade, o qual está ligado às necessidades afetivas do sujeito, visto que, se a atividade de tempo livre desempenhada não se relaciona às essas necessidades, ela se torna apenas mais um compromisso a ser cumprido. Dentre as atividades de tempo livre, González Rey (2004a) destaca que não se trata somente de atividades científicas, artísticas ou esportivas, como também todos os sistemas de relação do indivíduo, como as amizades, as relações amorosas, profissional e familiar, etc. Portanto observa-se como os sistemas de relacionamento interpessoal do sujeito podem ser importantes para a saúde. Para Sluzki (1997, citado por Barbosa 2006, p. 37) “é preciso buscar o fortalecimento dos vínculos afetivos mais significativos, pois é esse enfraquecimento atual que leva aos processos de desintegração, de mal-estar e de adoecimento”. Talvez atribuir as patologias apenas às dificuldades no estabelecimento de vínculos seja um pouco reducionista, no entanto pode-se perceber que esse fator assume cada vez mais importância na pós-modernidade. Diante dessa configuração é pertinente se questionar: quando os relacionamentos interpessoais podem ser facilitadores do processo de saúde?

Nesse sentido, Sluzki (1997) destaca a importância da rede social para o sujeito, considerando não somente a família, como também as amizades, as relações de trabalho ou escolares e as relações comunitárias de serviço ou de credo. Pode-se perceber na

argumentação deste autor e de González Rey (2004a) como toda a rede do sujeito é importante, a despeito do determinismo das relações familiares, encontrado freqüentemente na literatura. A saúde do sujeito vai estar relacionada à qualidade das relações estabelecidas, como destaca González Rey (2004a) “saber que somos úteis e valorizados e sentir que os outros se preocupam conosco são elementos fundamentais do bem-estar emocional do indivíduo em qualquer grupo humano” (p. 41). Nessa perspectiva, as relações nas quais o sujeito se sinta acolhido e valorizado são extremamente importantes. Percebe-se que além da família, esse tipo de relação é bastante característico da amizade, já que esta pressupõe o acolhimento e a troca. González Rey (2004a) ressalta a importância para saúde da “comunicação saudável, autêntica e espontânea” (p. 21) nas relações interpessoais. Essa dimensão da comunicação é bastante valorizada pelo autor. Percebe-se que este considera a qualidade do processo comunicacional fundamental para a saúde, sendo necessário que este ocorra de modo a permitir que o sujeito se torne ativo e possa se colocar nas relações.

Sluzki (1997) e González Rey (2004a) destacam como as relações interpessoais do sujeito podem se tornar uma rede de apoio social. Para Sluzki (1997) essa rede pode ter várias funções: companhia social; apoio emocional; guia cognitivo e de conselhos; regulação social; ajuda material e de serviços e o acesso a novos contatos. Todos esses fatores são importantes na relação, sendo que vai depender das necessidades dos sujeitos qual adquirirá maior relevância no momento. Contudo destaca-se na pós-modernidade a importância das funções de companhia social, apoio emocional e acesso a novos contatos. A função de companhia social segundo Sluzki (1997) significa, como o próprio termo sugere, o companheirismo, uma pessoa para estar junto. O acesso a novos contatos trata dos aspectos relacionais que possibilitam ampliação da rede social. Diante das discussões acerca das dificuldades de estabelecimento de relações interpessoais na contemporaneidade e da solidão que tem permeado o sujeito, essas funções adquirem ainda maior relevância. No entanto não basta

estar junto ou conhecer novas pessoas para que se tenha uma relação significativa, por isso o apoio emocional se faz imprescindível. Essa função refere-se “a um clima de compreensão, simpatia, empatia, estímulo e apoio” (Sluzki, 1997, p. 49), trata-se, portanto, da qualidade emocional do vínculo. Talvez seja essa a dimensão mais procurada e menos encontrada na pós-modernidade.

González Rey (2004a) faz uma importante ressalva com relação à rede social de apoio, observando que é preciso que a pessoa subjetive a rede como apoio, de acordo com o sentido subjetivo estabelecido no curso das relações, não bastando que ela seja denominada como tal para que auxilie o sujeito na produção de saúde. Para o autor, um sistema de apoio funciona bem quando reconhece a pessoa da maneira que ela é, respeita a expressão autêntica de sua individualidade, faz com que a pessoa sinta afeto durante a comunicação e liberdade para expressar-se e ser considerada nas decisões desse âmbito de relacionamento. A partir dessa perspectiva é possível observar que o acolhimento e o vínculo afetivo, além do diálogo, são pontos centrais na rede de apoio que podem auxiliar na promoção da saúde. Percebe-se que na teoria da subjetividade o diálogo assume grande relevância, como destaca González Rey (2004a, p. 47) “a educação no diálogo e a tolerância às diferenças são parte de um bom programa de educação para a saúde”.

Na pós-modernidade também é interessante considerar, além da importância da rede social e da hegemonia do trabalho no tempo do sujeito, como se estabelece o modo de vida, o qual se relaciona com todas as discussões anteriores acerca da organização social contemporânea, principalmente no concernente ao uso do tempo.

Para Poltrony (1990, citado por González Rey, 2004a, p. 17) “o modo de vida se desdobra na interrelação que ocorre entre as condições de vida, próprias de determinadas sociedades, e um determinado conjunto de atividades vitais”. Trata-se, portanto, de um conjunto de atividades profundamente influenciado pela subjetividade social, mas relacionado

aos sentidos subjetivos do sujeito no curso de suas atividades. Nesse sentido pode-se observar como a subjetividade social se articula com o modo de vida, pois percebe-se que na contemporaneidade as pessoas dedicam a maior parte de seu tempo ao trabalho e à sua instrução, ou a obter o máximo possível de informações, fazendo com que o espaço para reflexão seja bastante reduzido. Conforme ressaltado por González Rey (2000b, p. 19) “esse contexto de relação faz com que os membros ignorem de forma sistemática as necessidades geradas no dia-a-dia”. Para o autor esse é um dos principais fatores do estresse, tão comum na atualidade.

O modo de vida também pressupõe sistemas de hábito profundamente influenciados pela cultura, tais como os higiênicos, alimentares, de cultura física, fumar, etc (González Rey, 2004a). Todos esses hábitos estão profundamente relacionados à saúde, sem, contudo, serem determinantes desta. Na contemporaneidade observa-se que a organização social freqüentemente favorece o consumo de alimentos derivados dos *fast foods*, uma vez que o tempo é cada vez mais precioso e cronometrado, valorizando-se tudo que é rápido. Esse hábito muitas vezes auxilia no desenvolvimento de doenças, tais como a obesidade e o aumento do colesterol, muito associado aos infartos. A cultura de exercício físico por sua vez é paradoxal, pois ela é bastante estimulada, principalmente sob o enfoque dos padrões estéticos pós-modernos. Entretanto, a rotina estabelecida pela maioria das pessoas favorece o sedentarismo, uma vez que se torna muito difícil encontrar tempo para praticar exercícios. Observa-se que o modo de vida tem grande importância na produção da saúde, mas na contemporaneidade muitas vezes ele favorece a doença. Sob esse enfoque González Rey sugere (2007) que “uma ação terapêutica essencial é trabalhar sobre o modo e a qualidade de vida das pessoas” (p. 194), sendo que se deve observar para cada sujeito o significado desses fatores, a fim de se estabelecer, dialogicamente, de que maneira eles podem se articular com a saúde do sujeito. Nessa perspectiva, o referido autor também considera importantes ações

terapêuticas que “permitam a produção de novos sentidos subjetivos com relação às formas de uso do tempo, como na facilitação de encontros que facilitem a produção de novos sentidos subjetivos em relação aos conflitos atuais das pessoas” (González Rey, 2007, p. 172).

A produção de novos sentidos que se articulem com a saúde constantemente passa por um processo de mudança do sujeito. Para Mahoney (1998) a mudança passa por contextos onde a pessoa explora e experimenta “novas e antigas maneiras de experienciar a si próprio, ao mundo (incluindo outras pessoas) e os seus possíveis relacionamentos” (p. 33). Sob esse enfoque a produção de saúde passa freqüentemente pela ressignificação dos sentidos subjetivos por meio dos relacionamentos interpessoais, sendo que a transformação das emoções é fundamental nesse processo, conforme ressalta González Rey (2007) quando afirma que a mudança só pode ocorrer a partir do “surgimento de novas emoções capazes de inaugurar novas cadeias de desdobramentos simbólico-emocionais que se organizem em novos sentidos subjetivos” (p. 179). Dessa forma verifica-se que os relacionamentos interpessoais são extremamente importantes no processo de saúde, tanto pelas considerações tecidas acerca de rede de apoio social, quanto pelo seu caráter facilitador de ressignificações e, conseqüentemente, de criação de alternativas pelo sujeito para lidar com os conflitos.

A partir dessas considerações acerca da subjetividade social, é preciso refletir sobre como se mostra a questão do sujeito na saúde. Para González Rey (2007) um aspecto essencial da mudança “está associado à emergência da pessoa como sujeito de seus conflitos, o que representa um processo de identidade que lhe permite assumir o conflito e desenvolver posicionamentos perante ele” (p. 161). Nessa perspectiva deve-se considerar, portanto, que a posição ativa do sujeito é fundamental para a saúde. A teoria da subjetividade também considera de grande relevância, além da posição ativa do sujeito perante sua vida, a personalidade. Segundo González Rey (2004a, p. 28) “o desenvolvimento de uma personalidade plena, ativa, capaz de determinar, por si própria seu relacionamento com a vida

e de defender, com vigor, o sentido de suas distintas formas de desenvolvimento social é um requisito essencial ao indivíduo saudável”. A personalidade não é tratada nesse enfoque como uma estrutura fixa e imutável inerente ao sujeito, mas como “um conjunto de mecanismos, formações, subsistemas e funções que, organizados em distintos níveis nos diferentes indivíduos, representa potencialmente um conjunto de alternativas simultâneas que, comprometidos com os mencionados recursos psicológicos, está na base dos mais diversos comportamentos humanos” (p. 65). Nesse sentido a personalidade do sujeito seria um dos fatores convergentes na saúde, sendo necessário destacar que ela é apenas um mediador dos processos de saúde no sujeito concreto. Ao analisar a questão do sujeito na relação com a subjetividade social, González Rey (2004a) pontua que “a coincidência entre o desejo pessoal e o socialmente necessário para atividades obrigatórias na vida social permite um desdobramento saudável da individualidade das atividades” (p. 20). Esse enfoque retoma as discussões acerca da relação entre as atividades desempenhadas pelo sujeito, principalmente o trabalho, e as necessidades do sujeito. As tarefas cotidianas terão sentido e serão fatores da saúde se estiverem relacionadas a necessidades da pessoa. Por fim é interessante destacar aspectos psicológicos que González Rey (2004a) considera importantes para o desenvolvimento da saúde, tais como “a maneira flexível de enfrentar os problemas, a capacidade para decisões, a segurança em si mesmo e a autovalorização adequada” (p. 37).

Outro fator de saúde que não pode deixar de ser destacado é a religião. Observa-se que muitas vezes a fé possibilita a organização subjetiva e faz com que o sujeito crie alternativas e recursos para lidar com suas dificuldades e conflitos. Não se trata de afirmar que ela também não está relacionada a patologias, mas seu papel na saúde do sujeito merece ser enfatizado. Esse aspecto da religião pode ser observado na pesquisa qualitativa de Valls (2005), o qual observou em sua entrevistada, que tinha câncer, como a fé pode ser importante no processo de saúde, auxiliando na elaboração de novos sentidos diante da doença e do

tratamento. A referida entrevistada continuava a persistir no tratamento e assumia uma posição otimista perante sua doença principalmente por sua fé.

Diante dessas reflexões, percebe-se como a saúde envolve inúmeros fatores tanto sociais como individuais, tais como o funcionamento das instituições; os relacionamentos interpessoais; o modo de vida; os hábitos; a personalidade; a posição do sujeito diante da vida e a religião. Todos esses aspectos estão intrinsecamente relacionados entre si em um processo dialético entre a subjetividade individual e a subjetividade social, sendo que se pode observar que a saúde dependerá de como as emoções são construídas nessa relação biológico-individual-social.

CONCLUSÃO

Ao se refletir sobre o contexto pós-moderno foi possível perceber que este freqüentemente é reificado na literatura e visto como determinante na formação do sujeito. Contudo, ao vislumbrar a questão a partir da teoria da subjetividade, observou-se que este é um elemento da subjetividade social de grande importância para o sujeito, mas não é determinante deste.

A partir de uma análise da literatura, verificou-se que há uma tendência de tratar a modernidade como uma época de estabilidade e definição em contraposição à pós-modernidade na qual tudo é incerto. Entretanto, conforme lembrou Lyon (1998), a modernidade também era caracterizada por conflitos e incertezas diante das inovações. Esse ponto de vista influenciou bastante a discussão acerca da identidade na contemporaneidade, sendo esta considerada como estável, unificada e centralizada na modernidade e fragmentada, múltipla, efêmera e volátil na atualidade. O enfoque da teoria da subjetividade de González Rey (2003; 2004; 2007) possibilitou uma abordagem mais crítica à identidade na qual se considerou que ela não é estável, permanente, volátil, nem fragmentada, conforme trazido pela maioria dos autores, mas que ela é única, heterogênea e passível de mudanças, na qual observou-se que a diversidade vista como fragmentação reside não sobre a identidade e sim sobre os sentidos subjetivos.

No contexto pós-moderno destacaram-se as características de incerteza permanente, ênfase na responsabilização do sujeito, na imagem e na performance, o individualismo exacerbado e uma contraposição da vastidão de possibilidades e da liberdade que na verdade se tornou um aprisionamento configurado no “dever” de escolha. As transformações institucionais também se mostraram bastante marcantes no contexto pós-moderno, influenciando tanto os relacionamentos interpessoais quanto os processos de saúde e doença. O

afastamento do Estado da esfera regulatória sugerido por Santos (1995) repercutiu nos mais diversos espaços sociais. A falta de intervencionismo estatal proporcionou uma maior liberdade do capital, enaltecendo o mercado consumidor e, conseqüentemente, a idéia do “ter” em detrimento do “ser”. Esse recuo estatal permitiu, ainda, aliado a outros fatores como a evolução tecnológica e a globalização, que as exigências em relação ao trabalhador se acentuassem, fazendo com que o tempo dedicado ao trabalho na contemporaneidade seja cada vez maior, em detrimento de outras relações do sujeito, como as afetivas e familiares, afetando também sua saúde, visto que o tempo livre é cada vez mais reduzido. Nesta configuração observou-se que as pessoas não trabalham apenas para prover sua subsistência, mas também para conseguir consumir cada vez mais, além de outros fatores como o reconhecimento social permitido pelo mesmo. Percebeu-se que, na contemporaneidade, a associação entre o trabalho e o prazer ou desenvolvimento é escassa, sendo que este muitas vezes se configura em fator de sofrimento, principalmente pela falta de sentido a ele atribuída, pois o trabalho freqüentemente não se relaciona com as necessidades subjetivas do sujeito. Nessa perspectiva, o lazer passou a ser o momento mais idealizado e muitas vezes relacionado ao consumo. Também é interessante destacar que o trabalho também é permeado pelas incertezas e inseguranças contemporâneas, bem como pela ênfase na responsabilidade do sujeito pelo seu sucesso ou fracasso. Nesse contexto, observou-se que o dinheiro que se busca ganhar, ao se trabalhar tanto, não é apenas um meio para adquirir bens de consumo, possuindo aspectos simbólicos mais amplos, os quais envolvem a própria constituição do sujeito e seus sentidos de pertencimento à sociedade, permeando os relacionamentos interpessoais.

Ao se refletir sobre os relacionamentos interpessoais, verificou-se que a literatura considera que na pós-modernidade há um esvaziamento do espaço público caracterizado pela ausência da dimensão de troca entre as pessoas e uma mercantilização das relações, sendo que Bauman (2004) é um dos principais defensores dessa idéia. Contudo, deve-se observar que as

relações interpessoais não podem ser reduzidas a meras relações mercantis, pois a subjetividade é bem mais complexa e existem outros fatores que devem ser considerados, como as vivências afetivas do sujeito e outros aspectos sociais como a competitividade e o medo. Também foi possível perceber que há uma tendência contemporânea das pessoas em se reunirem apenas em pequenos grupos de pessoas consideradas semelhantes, caracterizando uma diminuição da convivência com o diferente que provoca um afastamento cada vez maior entre as classes sociais.

Dentro desse contexto foi ressaltado pela literatura que a solidão seria uma das características mais marcantes da pós-modernidade. Contudo, devem ser feitas algumas ressalvas a esse posicionamento. Primeiramente observa-se que a tendência de enaltecimento da modernidade freqüentemente afeta a análise crítica acerca dos fenômenos contemporâneos, uma vez que tende-se a considerar que na modernidade os laços entre as pessoas eram fortes e estáveis e que a maioria das pessoas poderia se sentir acolhida pela comunidade, o que na verdade não se verificava. Em segundo lugar deve-se ressaltar que é necessário cautela ao se generalizar os processos subjetivos, pois o que se observa freqüentemente na literatura é o anúncio do fim dos vínculos afetivos e da solidariedade entre as pessoas. Talvez na atualidade haja uma dificuldade maior no estabelecimento desses vínculos, no entanto de forma alguma pode-se considerar que estes estejam desaparecendo. O que se pode verificar é que os relacionamentos na contemporaneidade estão tomando formas diferenciadas e, talvez pelas questões levantadas acerca da coexistência de aspectos modernos e pós-modernos, estejam surgindo novos conflitos. Há que se considerar, ainda, que a referida solidão é parte de um fenômeno contemporâneo mais abrangente: o individualismo, o qual é produto e produtor das relações atuais e permeia grande parte dos processos subjetivos.

Ao abordar as relações afetivas, percebeu-se que há uma grande carência de estudos acerca da amizade, apesar desse tipo de relação ser extremamente importante para o sujeito,

pois é caracterizada principalmente pela dimensão de troca, afetividade e aceitação, se configurando em um aspecto bastante relevante nos processos de saúde e ressignificação. As relações amorosas, por sua vez, são mais discutidas pela literatura, porém frequentemente sob o enfoque já citado da mercantilização das relações. Nesse aspecto foi possível perceber que, a despeito de alguns autores como Bauman (2004) argumentarem que as pessoas não conseguem mais se relacionar, pois apenas buscam a satisfação de seus próprios desejos, a visão de Lipovetsky (2007) aparentou ser mais coerente, quando este coloca que na verdade atualmente há um enaltecimento do amor, as pessoas estão ansiosas para se relacionarem, contudo há uma dificuldade em permanecerem juntas. Essa dificuldade, como observado, não se trata apenas da influência do mercado nas relações afetivas, abrangendo outros aspectos, não se podendo universalizar os fenômenos sob o risco de negligenciar uma grande parcela da população que ainda consegue estabelecer relações amorosas nas quais existe o companheirismo e uma grande troca afetiva. Nesse sentido também se buscou discutir um pouco das relações familiares, nas quais foi observado que o modelo moderno da família nuclear não deixou de existir no imaginário social como um modelo ideal de família, o que provoca muitos conflitos e uma tendência à patologização de famílias que não se encaixam nesse estereótipo. Contudo, procurou-se destacar que a qualidade das relações familiares e dos vínculos afetivos é mais importante que a estrutura familiar, não se podendo estabelecer critérios *a priori* sob sua influência na patologia.

Sob o enfoque da teoria da subjetividade também foi possível perceber que o caráter multifatorial, complexo e dinâmico da patologia foi negligenciado durante muito tempo pelo modelo biomédico, o qual separou a doença do doente (Queiroz, 1986). Também pôde-se observar que o próprio conceito de saúde não é muito claro e definido, mas, sob a perspectiva de González Rey (2004), ele foi considerado principalmente quanto à qualidade da emoção gerada. Dessa forma procurou-se destacar o aspecto social da patologia, principalmente no

concernente à depressão. Pôde-se observar que a depressão possui relação com a organização social contemporânea, na qual é enfatizada a responsabilização do sujeito e o “ser” deu lugar ao “ter” (Debord, 1997), favorecendo a construção de sentidos subjetivos de vazio e insuficiência, muito associados a essa patologia. Sob a perspectiva da teoria da subjetividade de González Rey (2004), procurou-se estabelecer algumas reflexões sobre fatores favorecedores da saúde no sujeito, nas quais se verificou que esses deveriam estar relacionados tanto a fatores centrados na subjetividade individual, como a posição ativa do indivíduo, a personalidade e o modo de vida quanto aos aspectos relacionais, sociais e culturais, os quais envolvem as instituições como o Estado, a escola, a família e o trabalho, bem como a rede social do sujeito e a religião. Ao se pensar sobre os referidos fatores favorecedores de saúde, pôde-se perceber que são sugeridas algumas possibilidades, contudo esses fatores tomarão forma em um sujeito complexo, fazendo com que a mera presença desses aspectos não seja garantidora da saúde. Por isso é fundamental considerar a dimensão emocional e singular desse processo. A emocionalidade produzida no sujeito histórico-cultural e sua articulação com as vivências e necessidades subjetivas serão mais importantes nos processos de saúde do que a presença ou a ausência de fatores pré-estabelecidos, como o modo de vida e a organização familiar, por exemplo.

Ao longo do desenvolvimento do presente trabalho, procurou-se destacar como a subjetividade social e a individual se relacionam em meio ao discurso contemporâneo da pós-modernidade, principalmente no que se refere às relações interpessoais e à saúde nesse contexto. Nessa perspectiva foi possível perceber que há uma grande necessidade de pesquisas qualitativas, principalmente no contexto brasileiro, que busquem compreender a relação entre as transformações sociais, o sujeito e suas relações interpessoais na contemporaneidade. Essa demanda parte principalmente da falta de estudos que busquem abarcar o ser humano em toda sua complexidade, sem reduzi-lo a nenhuma de suas instâncias

biológicas, individuais, sociais ou culturais. Nesse sentido procurou-se apenas levantar alguns questionamentos a partir da revisão da literatura que trata do tema, já que este é de extrema relevância na contemporaneidade estando diretamente relacionado às demandas apresentadas aos psicólogos e aos mais diversos profissionais da saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abeche, R. P. C. & Rodrigues, A. A. (2005). Família contemporânea, reflexo de um individualismo exacerbado? *IV Encontro Latino Americano dos Estados Gerais da Psicanálise*, São Paulo.
- Alberoni, F. (1984). *A amizade* (W. Lucchesi, Trad.). Rio de Janeiro: Rocco. 1992.
- Amorim, J. F. (2007). *Orkut: um novo modelo de relacionamento interpessoal*. Monografia de conclusão de curso, Comunicação social, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília-DF.
- Barbosa, M. L. (2006). *A família e a depressão na pós-modernidade*. Monografia de conclusão de curso, psicologia, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília-DF.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar na pós-modernidade* (M. Gama & C. M. Gama, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (original publicado em 1997).
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos* (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (original publicado em 2003).
- Bauman, Z. (2007). *Vida líquida* (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (original publicado em 2005).
- Castro, F. (2005). *A relação mãe-e-filho e a influência no desenvolvimento da subjetividade individual*. Monografia de conclusão de curso, Psicologia, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília-DF.
- Cenci, C. M. B. (2004). Depressão e contexto de trabalho. *Aletheia*, (19), 31-44.
- Cobucci, L. B. (2007) *Cyberamizadas: os relacionamentos depois da Internet*. Monografia de conclusão de curso, Comunicação Social, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília-DF.

- Coelho, R. F. J., & Severiano, M. F. V. (2007). História dos usos, desusos e usura dos corpos no capitalismo. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, 19 (1), 83-100.
- Coutinho, M. C., Krawulski, E. & Soares, D. H. P. (2007). Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Psicologia & Sociedade*, 19 (número especial), 29-37.
- Daniel, C. & Souza, M. (2006). Modos de subjetivar e de configurar o sofrimento: depressão e modernidade. *Psicologia em Revista*, 12 (20), 117-130.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo* (G. S. Abreu, Trad.). Rio de Janeiro: Contraponto. (original publicado em 1992).
- Dejours, C. (1987). *A loucura do trabalho* (A. I Paraguay & L. L. Ferreira, Trad.). São Paulo: Obore. (original publicado em 1980).
- Dejours, C., Abdoucheli, E. & Jayet C. (1994). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (M. I. S. Betiol et al. Trad.). São Paulo: Atlas.
- Eerola, T. T. (2006, maio). Shopping Centers: a construção de territórios de consumo na pós-modernidade. *El Norte – Finnish Journal of Latin American Studies*, (1). Recuperado em 04 mai. 2008, da El Norte – Finnish Journal of Latin American Studies: www.elnorte.fi/archive.
- Ehrenberg, A. (2000). *La fatiga de ser uno mismo: depresión y sociedad* (R. C. Paredes, Trad.). Buenos Aires, Argentina: Nueva Visión.
- Enriquez, E. (2007). Entrevista concedida ao programa Milênio, do canal Globo News. Recuperado em 31 mar 2008: <http://video.globo.com/Vídeos/Player/Noticias/0,,GIM737903-7823-EUGENE+ENRIQUEZ,00.html>.
- Esteves, F. C. & Galvan, A. L. (2006). Depressão numa contextualização contemporânea. *Aletheia*, (24), 127-135.

- Ewald, A. P., & Soares, J. C. (2007). Identidade e subjetividade numa era de incerteza. *Estudos de Psicologia*, 12(1), 23-30.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: O difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11 (2), 379-394.
- Feres-Carneiro, T. & Negreiros, T. C. G. M. (2004). Masculino e feminino na família contemporânea. *Estud. pesqui. psicol.*, 4, (1) 34-47.
- Fernandes, I. (2006). O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais. *Revista virtual textos e contextos*, 6, p. 01-12.
- Gaulejac, V. (2001). A gênese social dos conflitos psíquicos. *Cronos*, 2 (1), 109-115.
- Gaulejac, V. (2006). *As origens da vergonha* (M. B. Medina, Trad.). São Paulo: Via Lettera, original publicado em 2003.
- Giddens, A. (1983). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* (M. Lopes, Trad.). São Paulo: Universidade Estadual Paulista. (original publicado em 1992).
- Gomes, L. G. N. & Junior, N. S. (2005). Semânticas da amizade e suas implicações políticas. *Psicologia USP*, 16 (3), 119-142.
- Gomes, L. G. N. & Junior, N. S. (2007). Experimentação Política da Amizade: Alteridade e Solidariedade nas Classes Populares. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, 23 (2), 149-158.
- Gomes, I. C. & Paiva, M. L. S. C. (2003). Casamento e família no século XXI: possibilidade de holding? *Psicologia em Estudo*, 8 (número especial), 3-9.
- Gomes, A. S. J & Resende, V. R. (2004) O pai presente: O desvelar da paternidade em uma família Contemporânea. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, 20(2), 119-125.
- González Rey, F. (1997). Psicologia e saúde: desafios atuais. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 10 (2), p 275-288.

- González Rey, F. (2000a). El sujeto y la subjetividad: algunos de los dilemas actuales de su estudio. *III Conferência de pesquisa sócio-cultural*, Campinas – SP.
- González Rey, F. (2000b). O emocional na constituição da subjetividade. In S. T. M. Lane & Y. Araújo (Org.), *Arqueologia das emoções*. Petrópolis: Vozes.
- González Rey, F. (2004a). *Personalidade, saúde e modo de vida* (F. M. V. L. Silva, Trad.). São Paulo: Thomson Learning.
- González Rey, F. (2004b). Psicologia social e saúde. In Sena, M. F. & Aquino, C. A. B. (Org.), *Psicologia social: desdobramentos e aplicações*. (pp. 115-135). São PAULO: Escrituras.
- González Rey, F. (2005). *Sujeito e subjetividade* (R. S. L. Guzzo, Trad.). São Paulo: Thomson Learning.
- González Rey, F. (2007). *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico cultural* (G. M. Gumucio, Trad.). São Paulo: Thomson Learning.
- Hall, S. (2001). *A identidade cultural na pós-modernidade* (T. T. Silva & G. L. Louro, Trad) (5ª ed.). Rio de Janeiro: DP&A.
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* (A. D. Sobral & M. S. Gonçalves, Trad.) (7ª ed.). São Paulo: Loyola. (original publicado em 1989).
- Henriques, C. R., Feres-Carneiro, T. & Magalhães, A. S. (2006). Trabalho e família: o prolongamento da convivência familiar em questão. *Paidéia*, 16 (35), 327-336.
- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Estatísticas do registro civil 1998 e 2006*. Recuperado em 25 mai. 2008: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2006/default.shtm> e <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/1998/default1998.shtm>.

- Lipovetsky, G. (1983). *Era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo* (M.S. Pereira & A. L. Faria, Trad). Lisboa: Relógio D' Água.
- Lipovetsky, G. & Sebastien, C. (2004). *Os tempos hipermodernos* (M. Vilela, Trad.). São Paulo: Barcarolla.
- Lipovetsky, G. (2007). *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo* (M. L. Machado, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Lopes, L. P. M. (Org.). (2003). *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas, SP: Mercado de letras.
- Lyon, D. (1998). *Pós-modernidade* (E. L. Calloni, Trad). São Paulo: Paulus.
- Mahoney, M. J. (1998). *Processos humanos de mudança: as bases científicas da psicoterapia* (F. Appolinário, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (original publicado em 1991).
- Monteiro, D. A. (2004). O sujeito do consumo e os laços afetivos. *XV Congresso Brasileiro de Psicanálise*, Salvador, BA.
- Moreira, A. S. (2002). Dinheiro no Brasil: um estudo comparativo do significado do dinheiro entre as regiões geográficas brasileiras. *Estudos de psicologia*, 7 (2), 379-387.
- Morin, E., Tonelli M. J. & Pliopas, A. L. V. (2007). O trabalho e seus sentidos. *Psicologia & Sociedade*, 19 (número especial), 47-56.
- Nascimento, R. O. (2006). A formação de identidade psicológica e pós-moderna numa perspectiva interacionista. *Hispeci & lema - Fafibe*. Bebedouro, SP, 9, 151-153.
- Navarro, V. L. & Padilha, V. (2007). Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, 19 (número especial), 14-20.
- Neubern, M. S. (2000). As emoções como caminho para uma epistemologia complexa da psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16 (2), 153-164.

- Neubern, M. S. (2004). *Complexidade & psicologia clínica: desafios epistemológicos*. Brasília: Editora Plano.
- Oliveira, A. V. (2006). *Pós-modernidade e sofrimento psíquico: análise feita a partir de depoimentos de psicólogos clínicos*. Tese de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- Petrini, J. C. (2005). Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história social e da sociologia. *Memorandum*, 8, 20-37.
- Queiroz, M. S. (1986). O paradigma mecanicista na medicina ocidental moderna: uma perspectiva antropológica. *Revista Saúde Pública*, 20 (4), 309-317.
- Rezende, C. B. (2002). *Os significados da amizade: duas visões de pessoa e sociedade*. Rio de Janeiro: FGV.
- Ribeiro J. A. M. (2007). *A subjetividade do trabalhador: um olhar sobre o sujeito e seu trabalho*. Monografia de conclusão de curso, Psicologia, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília-DF.
- Robbins, S. (2001). *Administração: mudanças e perspectivas*. São Paulo: Saraiva.
- Santos, B. S. (1987). *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S. (1995). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. (12ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Santos, M. F. & Oliveira, L. (2005). A família ideal só em fotografia? Representações sociais de família e violência. Simpósio Nacional de Psicologia Social e do Desenvolvimento. *X Encontro Nacional PROCAD-Psicologia/CAPES: Violência e Desenvolvimento Humano*, 1, 51-60.
- Sarriera J. C. et al (2003). Paradigmas em psicologia: compreensões acerca da saúde e dos estudos epidemiológicos. *Psicologia & Sociedade*, 15 (2), 88-100.

- Segre, M. & Ferraz, F. C. (1997). O conceito de saúde. *Revista Saúde Pública*, 31 (5), 538-542.
- Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica* (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Casa do psicólogo.
- Souza, C. S. (2005). *A importância da estrutura familiar na organização da subjetividade*. Monografia de conclusão de curso, Psicologia, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília-DF.
- Souza, E. M. & Grundy, E. (2004). Promoção da saúde, epidemiologia social e capital social: inter-relações e perspectivas para a saúde pública. *Caderno Saúde Pública*, 20 (5), 1354-1360.
- Touraine, A. (1998). *Podemos viver juntos? Iguais e diferentes* (J. A. Clasen & E. F. Alves, Trad.) Petrópolis, RJ: Vozes. (original publicado em 1997).
- Touraine, A. & Khosrokhavar, F. (2004). *A busca de si: diálogo sobre o sujeito* (C. Meira, Trad.). Rio de Janeiro: Difel.
- Traverso-Yépez, M. (2001). A interface psicologia social e saúde: perspectivas e desafios. *Psicologia em Estudo*, 6 (2), 49-56.
- Vaitsman, J. (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Valls, A. A. B. (2005). *A ação terapêutica da emoção no enfrentamento do câncer*. Monografia de conclusão de curso, Psicologia, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília-DF.
- Veronese, M. V. (2006). Subjetividade, trabalho e solidariedade. *Aletheia*, (24), 105-113.